

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE ABRIL DE 2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, na sala do Auditório Municipal de Alijó, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. -----

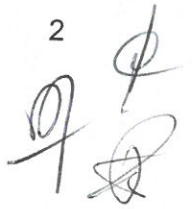
Dos trinta e cinco membros que a compõem, esteve ausente justificadamente: José Alberto Queirós Canelas, tendo sido substituído por Marcelo Vilela, Alexandre Monteiro Alves, tendo sido substituído por Mariana Magalhães Pereira da Silva, Mário André S. Gonzaga, tendo sido substituído por Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso, João Paulo Melro Marinha da Silva, tendo sido substituído por Artur Manuel Silva Almeida, Ana Maria Ribeiro Pinto Paulo, tendo sido substituído por Manuel José Pinto Vilela e Renato Luís de Araújo Forte Sampaio. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores Vítor Ferreira, Sónia Pires, Mafalda Mendes, António Boal e Anabela Pereira.-----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa em substituição Mário Joaquim Vaz, e secretariada pelas Srs.ª Secretárias, Denisa Cláudia Sampaio Sousa Simão e Maria Gloria Veiga.-----

PRESIDENTE DA MESA: Verificada a existência de “quórum” foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos, com a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

P O N T O S	ORDEM DO DIA	Deliberação			
		Apreciação	Conhecimen to	Aprovação	Ratificação
1	EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.		X		
2	PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO TRIPARTIDO ENTRE MUNICÍPIO DE ALIJÓ, FLYING EQUIPMENT SKYLINE LDA. E UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO.		X		
3	PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 27/2022 REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU E 3.º GRAU.			X	
4	PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 28/2022 REFERENTE À 2.ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2022			X	
5	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/458 APRESENTANDO A CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2021.			X	
6	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/458 APRESENTANDO O RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DE 2021.	X	X		
7	PRESENTE INFORMAÇÃO OSU/2022/432 REFERENTE AO PEDIDO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA RUA DE SANTO ANDRÉ, NA LOCALIDADE DE PÓVOA, APRESENTADO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASTEDO E COTAS.			X	
8	PRESENTE COMUNICAÇÃO DA CPCJ DE ALIJÓ SOLICITANDO A SUBSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ART.º 17.º DA LEI N.º 142/2015, DE 08/09			X	



PRESIDENTE DA MESA: Cumprimenta os presentes. -----

Foi recebida uma comunicação do deputado municipal Mário André Gonzaga, informando que não poderia estar presente na sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2022. -----

Nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e art.º 12.º e 15.º do Regimento da Assembleia Municipal foi a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi proposto o deputado ausente. Justificada pela Mesa a falta e verificada a identidade e legitimidade tomou posse a Deputada Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso, conforme documento anexo à presente ata. -----

Foi recebida uma comunicação do Presidente da Assembleia, José Alberto Queirós Canelas, informando que não poderia estar presente na sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2022. -----

Nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e art.º 12.º e 15.º do Regimento da Assembleia Municipal foi a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi proposto o membro ausente. Justificada pela Mesa a falta e verificada a identidade e legitimidade tomou posse o Deputado Marcelo Ribeiro Vilela, conforme documento anexo à presente ata. -----

O Presidente da Mesa informa que o ponto dois da ordem de trabalhos versa sobre a celebração de um protocolo tripartido entre o Município de Alijó, Flying Equipment Skyline, Lda. e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), para a reativação e reabilitação do Aeródromo da Chã. -----

A pedido do Presidente da Câmara, este protocolo será apresentado no Período de Antes da Ordem do Dia, pelos técnicos da referida empresa, que vão prestar todos os esclarecimentos sobre este investimento. O Sr. Géron Fernandes, representante da empresa e o Sr. General Morgado. -----

Depois haverá um período de inscrição para perguntas aos técnicos e, seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara dará, também, uma explicação sobre o projeto.-----

Seguiremos, posteriormente, com a ordem de trabalhos.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente de Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes.-----

De facto, foi um pedido que fiz ao Sr. Presidente da Assembleia, para que se contornasse um pouco o protocolo habitual nas sessões da Assembleia Municipal, por forma a não reter aqui os representantes.

Peço autorização para que a empresa faça a apresentação do projeto neste período de antes da ordem do dia. E porquê? Fizemo-lo, exatamente, em reunião de Câmara e correu muito bem! A Câmara ficou por dentro de todo o projeto e é exatamente esse objetivo que me levou a fazer este pedido ao Sr. Presidente da Assembleia e à empresa em concreto.-----

Será aqui apresentado o projeto, que temos em vista, para desenvolver o Aeródromo, para que todos fiquemos informados e esclarecidos.-----

Por isso, queria pedir às Sras. e Sr.es Deputados que não hesitem em colocar questões, aproveitem a presença dos representantes da empresa, aqui nesta Assembleia Municipal, para que todos fiquem esclarecidos.-----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra aos responsáveis da Skyline, que fizeram o enquadramento da empresa no mercado aeronáutico, do interesse desta na infraestrutura existente na Chã, os projetos a desenvolver e a envolvimento da UTAD na área da investigação. -----

No âmbito da apresentação foram colocadas questões e pedidos de esclarecimento por parte dos senhores deputados, João Cruz, António Fernandes, Carlos Monteiro e Rui Lopes. _____

Ficou claro que os custos técnicos do projeto, os pedidos de financiamento, as obras e a requalificação do aeródromo serão encargo da empresa. Será a Câmara Municipal a solicitar a certificação da pista à ANAC, aliás, a parte operacional, essa, obrigatoriamente tem que ser da Câmara, porque apesar de haver um contrato de arrendamento, continua a ser propriedade da Câmara. E nessas circunstâncias, a empresa irá fazer todos os projetos, mas a Câmara é que os vai submeter. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Não poderia deixar de agradecer, à empresa Skyline, na pessoa do Sr. Géron Fernandes e do sócio gerente Sr. Costa Maia, bem como ao Sr. General Morgado, muito obrigado pela vossa presença e pela apresentação que aqui fizeram.-----

Espero que efetivamente tenham sido convincentes e esclarecedores, julgo que sim, dado o volume de perguntas que surgiu. Julgo que ficou claro para toda a gente em que consiste o projeto e quais os objetivos para o futuro, pelo menos imediato.-----

Face às questões que aqui foram levantadas, também me apraz tecer aqui alguns considerandos ou, pelo menos, tentar responder algumas delas.-----

Desde logo, uma dúvida colocada pelo Sr. Deputado João Cruz que tinha a ver com a assinatura do protocolo. Como já foi aqui esclarecido, ele não foi assinado e não lhes faria essa maldade aos Srs. Deputados, sem que obviamente houvesse esta apresentação do projeto. Foi feita em Câmara, os Srs. Vereadores estão perfeitamente esclarecidos, tiveram a oportunidade também de colocar as questões que entenderam e quis dar também essa oportunidade à Assembleia Municipal, como é o meu dever, a minha obrigação.-----

Agora sim, vamos ter esse momento solene, num futuro muito, muito próximo, talvez uma, duas semanas no máximo, até porque, a empresa quer mesmo iniciar trabalho e não o pode fazer sem termos o protocolo assinado. Os Srs. Deputados serão convidados para esse momento solene, que à partida se passará no salão nobre dos Paços do Concelho e aí sim, com toda a pompa e circunstância, porque acho que será um passo fundamental para o futuro do concelho de Alijó. A assinatura desse protocolo marcará de facto uma época, depois de tantas décadas à espera do desenvolvimento daquele projeto ou daquela infraestrutura, e que teimou em nunca acontecer. Eu espero que, efetivamente o passo que estamos a dar contribua definitivamente para colocar aquela infraestrutura ao serviço, não só da nossa população, do nosso concelho, mas da região e do país e até da Europa, como disse o Sr. General, e muito bem. É que seja, efetivamente um momento, uma oportunidade para todos nós.-----

Relativamente ao emprego que vai gerar e às mais-valias. De facto eu compreendo o Sr. Géron, acho que é um bocadinho prematuro concretizar e avançar com números. Mas se foi aqui dito que haverá empresas estrangeiras que se deslocarão a Alijó para testar os seus equipamentos, designadamente motores, não-de vir com certeza conhecimento especializado, técnicos especializados. Eles terão que dormir, ter que almoçar e jantar e portanto, tudo isso, gerará um movimento no nosso concelho.-----

Irão ser construídas infraestruturas, a parte curricular do ensino superior, parte dele há-de passar-se aqui em Alijó. Há-de haver infraestruturas e é preciso alimentar essa gente, é preciso dar-lhe dormida, e há-de ser geradora de emprego com certeza absoluta.-----



Porque a empresa, não é só o Sr. Gérson como é óbvio, há-de ter um conjunto de técnicos a acompanhar e a assessorá-lo. É do meu conhecimento, que a Skyline já fez diligências no sentido de arrendar pelo menos uma habitação permanente e até um hangar enquanto essa infraestrutura não é criada junto à pista.-----

Portanto, eu neste momento não tinha como objetivo que se fizessem intervenções políticas. Deixamos para a nossa ordem de trabalhos, que é o ponto dois.-----

O objetivo desta apresentação era que todos nós ficássemos conhecedores, embora em traços gerais do projeto, em que consiste, das suas etapas e desenvolvimento, e colocássemos questões sobre dúvidas que possamos ter. Por exemplo, uma dúvida que ninguém aqui colocou, provavelmente ninguém tem. Porquê que foi escolhida a Skyline? Porque é que o Presidente de Câmaras resolveu escolher a Skyline para liderar este projeto? Porque a Skyline e não outra? Sinceramente não sei se há outra, mas, o que é certo, é que quando a Skyline se dirigiu ao Município de Alijó e apresentou o projeto, me convenceu, aliás, convenceu o executivo. E pelo seu histórico, pelo seu trajeto profissional, pelo trabalho desenvolvido, pelos contactos e ligações que têm, designadamente como vimos aqui ao ministério da defesa, às instituições de ensino superior, universidades e politécnicos e, portanto, entendemos que reúne as melhores condições para ser líder deste projeto. Não sei se fui claro, mas acho que era uma dúvida que eu pelo menos se tivesse no vosso lugar colocá-la-ia. -----

Não quero que fiquem dúvidas nenhuma, as coisas processaram-se com a maior das transparências, como disse o Sr. Gérson e muito bem estamos nisto, há cerca de ano e meio. -----

O Sr. Presidente de Junta de Vila Chã está admirado, pretenderia com certeza ter noutros tempos conhecimento sobre isto, mas percebam também e peço-lhe a ele que perceba que as coisas têm um tempo para ser comunicadas. A partir de agora, provavelmente nada se passará sem o seu conhecimento. Mas houve um tempo de trabalho, "de partir pedra", foi um caminho longo e árduo, quero-vos dizer que à mesa das negociações o Sr. Gérson por várias vezes se emocionou, verdade Sr. Gérson? Houve avanços, houve recuos, mas é disto que se faz luz e finalmente acho que chegámos a bom porto e estabilizámos aqui uma relação entre empresa e para já também com a UTAD e a Câmara Municipal. -----

Acredito muito neste projeto. Provavelmente há cerca de oito, nove meses atrás quando falei nisto no verão do ano passado, chamaram-me de louco. É impossível! Ninguém fez, tanta gente já tentou! -----

Como costumo dizer, coloco sempre a fasquia muito alta é que assim há sempre ansiedade de chegar lá e luta-se e trabalha-se para isso. Foi isso que fizemos.-----

Sr. Gérson Fernandes, Sr. General Morgado e Sr. Costa Maia, muito obrigado pela vossa apresentação, pela vossa presença e até breve, até a assinatura do protocolo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções nesta apresentação, faremos uma pausa e retomaremos os trabalhos. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA 28 DE DEZEMBRO DE 2021**-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca a ata da sessão ordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um para aprovação.-----



Não havendo intervenções, o Sr. Presidente coloca a ata a votação. A ata da sessão ordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um é aprovada por unanimidade pelos Deputados que estiverem presentes na sessão.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022** -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputada Manuela Alves. -----

DEPUTADA MANUELA ALVES (PS). Cumprimenta os presentes.-----

Queria dizer o seguinte, eu li com atenção as atas e designadamente na ata de onze de fevereiro do presente ano, eu apresentei logo ao início ao Sr. Presidente da Mesa um requerimento, não vi aí qualquer referência a isso; só para saber se querem fazer uma adenda ou incluir, como foi um documento que entreguei formalmente. Eu penso que li com muita atenção.-----

PRESIDENTE DA MESA: Eu deixava isto, para uma próxima sessão que estivesse o Sr. Presidente, porque ele não me deu qualquer informação sobre isso, fica para uma sessão posterior.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Manuela Alves, Mário Jorge Vaz, João Cruz, Aurelina Pereira, Toni Afonso, António Fernandes, Cláudio Vilela e Rui Lopes. -----

DEPUTADA MANUELA ALVES (PS): Cumprimenta os presentes.-----

A minha intervenção vem na sequência da anterior, é que nesse mesmo requerimento eu fazia um pedido que apresentei à mesa e, portanto, não tive, não houve consequência e era nesse sentido que eu queria deixar claro que o meu pedido ia no sentido de pedirem um parecer a CCDR-N, era só para que isso ficasse registado em ata. Portanto, reitero aqui esse meu pedido.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Mário Jorge. -----

DEPUTADO MÁRIO JORGE VAZ (PSD). Cumprimenta os presentes.-----

A minha intervenção tem a ver com a Feira da Laranja que se irá realizar no próximo fim-de-semana, de 6 a 8 de maio e queria deixar aqui o meu convite a todos os presentes para que possam participar. A abertura será no dia 6 de maio, às dezoito horas.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado João Cruz. -----

DEPUTADO JOÃO CRUZ (PS). Cumprimenta os presentes.-----

Eu queria muito rapidamente fazer uma felicitação. Felicitar o nobel Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede Ribatua, Mário Jorge que esteve aqui a falar. Dar os meus parabéns, porque houve eleições em março, o povo é soberano, em democracia há sempre soluções e temos um presidente em pleno, espero que tenha muito sucesso. O sucesso dele, o sucesso de São Mamede é o meu sucesso. E deixo já a minha disponibilidade, quer como freguês, quer como elemento aqui da Assembleia Municipal, uma próxima colaboração naquilo que for preciso e que eu possa ajudar, portanto estarei disponível, desejo muito sucesso. São Mamede é uma Freguesia que precisa, é uma Freguesia com muitas carências como todas as outras Freguesias. Ainda temos carências básicas, como a nível do saneamento, temos uma habitação social degradada, temos muitos caminhos rurais



para compor e para arranjar. E venha naturalmente a criatividade do executivo porque de facto há muita coisa para fazer. Desejo felicidades.-----

Queria perguntar aqui ao Sr. Presidente da Câmara mais precisamente, e quero também congratular-me com a obra que acabaram de inaugurar, a casa dos Noura, e queria saber se tem já alguma avaliação do resultado desse investimento? É um investimento que pode trazer realmente mais-valia ao concelho de Alijó e parabeno por causa disso, é uma boa estrutura.-----

Naturalmente, como sabem às vezes é mais difícil pôr a funcionar uma estrutura destas do que arranjar financiamento para ela. Portanto, pergunto se tem algum modelo já na mente ou já agilizado que nos possa aqui adiantar, relativamente ao funcionamento dessa infraestrutura?-----

Aproveito agora também para dizer, e para perguntar, isto tem a ver com São Mamede, quando se fez às Portas do Vale do Tua ou a Porta do Vale do Tua, na altura falou-se que o piso superior seria destinado a sede da Junta de Freguesia de São Mamede. Todos sabemos que a Junta de Freguesia de São Mamede não tem um mínimo de condições, nem para as pessoas que trabalham lá, nem para os seus utentes. É uma sala exígua, sem janelas, sem luz solar, portanto, têm uma porta de entrada, têm se calhar quinze ou vinte metros quadrados, as pessoas não têm às mínimas condições de assistência, não há o mínimo conforto. E, portanto, aquelas instalações, no primeiro andar das portas, falou-se na altura que ia ser para a Junta de Freguesia São Mamede, portanto, tem elevador, é dimensionado para as pessoas que têm pouca mobilidade. Portanto, eu queria também saber, eu acho que também já são horas de tentarmos concretizar essa ansiedade das pessoas, porque realmente para as pessoas idosas a Junta de São Mamede não tem o mínimo de condições, é só.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra a Sra. Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes.-----

Começo por felicitar a eleição do Sr. Presidente de Junta de São Mamede Ribatua, desejando-lhe a si e aos restantes membros da Junta de Freguesia os maiores sucessos, e que seja bem-vindo a esta Assembleia.-----

Queria também aqui abordar a forma como foi comemorado o quadragésimo oitavo aniversário do vinte e cinco de abril, de facto é uma data de extrema importância para todos nós portugueses. Foi celebrado de uma forma simples, emotiva e muito participada. Enaltecer aqui a participação da banda de São Mamede Ribatua, das cinco corporações de Bombeiros do concelho e dos alunos do Agrupamento de Escolas, na pessoa da professora Quitéria Mateus.-----

Como é sabido, a estação náutica do Douro, a primeira da região, cuja candidatura foi elaborada pelo Município de Alijó e que contou com a participação de agentes locais, já obteve a sua certificação. Esta certificação vai permitir confirmar o potencial único do nosso concelho ao nível dos seus recursos fluviais, com destaque para os rios: Douro e Tua. A estação náutica irá funcionar como uma rede de oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada dos recursos náuticos presentes no nosso território, que inclui a oferta de alojamento, restauração, atividades náuticas e outras atividades e serviços relevantes para a atração de turistas e outros utilizadores. Acrescentando valor e criando experiências diversificadas e integradas que permitam prolongar o seu tempo médio de estadia aos turistas. Esta certificação permitirá dar continuidade ao trabalho que o Município tem vindo a desenvolver no setor do turismo, contribuindo para a valorização do concelho de Alijó enquanto destino turístico. -----



PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso. -----

DEPUTADO TONI AFONSO (PSD). Cumprimenta os presentes.-----

Antes de mais, quero felicitar também o colega Mário Vaz pela sua vitória na sua Freguesia e desejo-lhe tudo de bom, e há-de ser tudo de bom para São Mamede.-----

Tenho ouvido nas últimas duas Assembleias aqui algumas críticas que têm sido feitas, mas também temos de dar o braço a torcer quando alguma coisa de bem é feita aqui no nosso concelho. De facto, temos aqui algumas atividades que têm sido desenvolvidas que não tenho ouvido aqui dar-lhe um especial relevo e quero aqui falar um bocadinho sobre elas. Mas, antes de mais e dado que estamos no final, espero eu, desta fase pandémica, quero agradecer todo o trabalho que todos os Presidentes de Juntas têm feito nas suas Freguesias, nomeadamente na altura do covid-19, em que enquanto o Estado fechou portas à maior parte das nossas populações, nós Juntas de Freguesia estivemos sempre no ativo, sempre com as portas abertas, nomeadamente no apoio à nossa população idosa, na sua relação com o centro de saúde. Porque, foram completamente isolados, não houve consultas, não havia passagens de receitas e exames e todo esse trabalho foi desenvolvido por nós e pelo Município em colaboração com a parte da proteção civil. E de facto, temos que realçar aquilo que de bem fizemos e continuamos a fazer nas nossas Freguesias.-----

Entretanto, temos alguns programas aqui no Concelho, temos por exemplo o projeto do CLDS, que também tem havido algumas atividades com a nossa população idosa, que vão agora recomeçar depois desta fase menos boa pelo qual passamos. O CLDS em parceria com o Centro Qualifica tem disponibilizado várias oportunidades de emprego aos nossos jovens, à nossa população, nomeadamente na formação e melhoramento da escolaridade. E, tem sido um bocado difícil de chegarmos a essas pessoas e quando falo ser difícil. Tivemos outros, alguns programas, vou falar do programa MAREESS, foi um bocado difícil arranjar pessoas. Já ouvi falar aqui, de que o Município não arranja formas de incentivo aos jovens e de fixação aqui da nossa população. -----

Para nós, enquanto Juntas de Freguesia, também falo a título pessoa, a nível de empresa, tem sido muito complicado arranjar pessoas para trabalhar, muitas delas rejeitam, outras porque têm outro tipo de apoios e não querem efetivamente trabalhar. E acho que aqui sim, devemos olhar para isto, não é um problema do nosso Município com toda a certeza, será um problema de todo o Portugal. E para nós, foi muito complicado arranjar pessoas para fazer trabalhos simples, no nosso caso em Vila Verde, para acompanhar os idosos, estar um bocadinho com eles nesta fase pandémica, conversar um bocadinho com eles, levar-lhes medicação, trazer as receitas. Foi muito complicado arranjar pessoas nas nossas Freguesias e no nosso Concelho e acho que aqui sim, é um ponto com que nos devemos preocupar.-----

Queria falar também aqui um bocadinho do programa do PIICIE, que tem feito algumas atividades com a nossa população mais jovem, a nossa população escolar, como por exemplo: as plataformas digitais de ensino e aprendizagem: Alijó Educa+, que está direcionado para o pré-escolar e primeiro ciclo, a escola virtual para o segundo ciclo e secundário, o Hypatriamat relacionado com o ensino da matemática de forma dinâmica e divertida. Tivemos várias peças de teatro, e até mais recentemente o programa Dropy, que pretende trabalhar as competências sócio emocionais para o pré-escolar. Estas atividades e muitas outras são disponibilizadas pelo PIICIE e Educa + e a estas ferramentas põem as crianças e jovens do nosso concelho na linha da frente na inovação do ensino e até da utilização das



novas tecnologias. Proporcionando um ambiente inovador e promotor de sucesso escolar que é verificado nas escolas de referência. Todas estas atividades são divulgadas no Município ou pelas respetivas Entidades. -----

Tivemos também aqui uma atividade que foi realizada no Dia dos Namorados ou no dia do amor, como queiram, em que o Município partilhou aqueles balões para distribuirmos também junto dos nossos "fregueses", nomeadamente da nossa população mais idosa que se calhar já aos anos que não tinham esta forma de afeto e de carinho em suas casas.-----

Quero falar também um bocadinho de uma questão que me preocupa, está a aproximar-se a época de incêndios e gostaria também de saber se realmente vamos ter o posicionamento dos Bombeiros na nossa Freguesia, porque tem sido eficaz durante estes dois últimos anos. Não se têm verificado grandes focos de incêndio graves, e também alertar para o fato dos nossos Bombeiros também estarem cada vez mais com dificuldades na angariação de pessoas para o voluntariado no combate aos incêndios. E esta fase que vem aí com muito calor certamente poderá pôr em causa muita coisa.---
Por último, quero falar sobre a caça, que todo o trabalho que tem sido desenvolvido na região da montanha a nível de sementeiras, e a nível da colocação das perdizes e dos coelhos. Dado que, do nosso lado não temos as belas vinhas, o belo Douro, mas temos a região da montanha e claro queremos que sejam um paraíso para a caça, dos caçadores que visitam o nosso concelho todos os anos.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS). Cumprimenta os presentes.-----

Assim sendo, também cumprimento e dou as boas vindas ao novo Presidente de Junta de São Mamede e também aos novos dois novos elementos que tomaram hoje posse e que vão fazer parte desta Assembleia Municipal, em que os dois são da Freguesia de Vila Chã.-----

Claro está, que o meu desejo é que desenvolvam um trabalho profícuo, que ponham os interesses da Freguesia de Vila Chã acima de qualquer interesse, que podem contar com o Presidente da Junta para que, com eles e eles com o Presidente da Junta, desenvolvemos um trabalho de progresso e de desenvolvimento para a freguesia, assim como nestas funções para o concelho de Alijó também.-----

Também quero, parabenizar o Sr. Presidente da Câmara pela iniciativa da inauguração da Casa dos Noura, estive lá, é um projeto que já vem de muito longe, é uma ambição dos alijoenses e do concelho de Alijó. Claro está, que eu também me senti um pouco realizado com aquela inauguração e também queria desejar que aquilo seja o começo de muitas inaugurações e, que com isso, a gente beneficie o concelho. A obra está lá, está bonita, só peço ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o executivo que dê a maior utilidade possível àquela infraestrutura. Peço-lhes encarecidamente que nunca, mas nunca, com governos de uma cor política ou de outra que, a infraestrutura deixe de beneficiar a população. Que não aconteça nunca, a vergonha que tem acontecido que quase há uma década com este mesmo edifício, com uma sub-aproveitação. Claro que diria, se eu dissesse que não tem aproveitamento nenhum, seria logo desmentido porque estamos aqui, mas uma sub-aproveitação. E este edifício, este auditório devia ser potenciado na realização daquilo para que foi criado.-----

Depois, também deixo aqui uma pergunta muito objetiva da qual também quero resposta. Perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como é que está o saneamento da zona norte da Chã, ou seja, na estrada 212? Todos sabem, porque todos temos memória que na última Assembleia o Sr. Presidente me disse,



pus a questão, tal como aeródromo, quando se pega uma coisa têm que se levar até ao fim. Ele disse-me: se for capaz de me arranjar um terreno para fazer a fossa a coisa vai. Queria deixar a esta Assembleia que já falei com o Sr. Presidente, já lhe disse com quem havia de falar, portanto, o assunto já está na mão do Sr. Presidente. Quero saber qual é o ponto da situação, porque é uma situação gritante, uma situação que em termos de ambiente nos envergonha. Temos que ter vergonha dessa situação, deve ser uma situação para tentarmos resolver.-----

Depois, também deixo aqui uma pergunta muito objetiva ao Sr. Presidente sobre como está, qual é a evolução do canil? Também mais uma obra na freguesia de Vila Chã. Como é que está o canil, porque andam muitos animais por aí abandonados. Quando se fazem perguntas incómodas é um problema. Se consegue dizer-me, não quero que me diga que é amanhã, se consegue dizer-me quando é que aquela infraestrutura vai ser posta ao dispor, não digo das pessoas, digo dos animais.-----

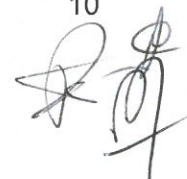
Para finalizar, mas, mesmo para finalizar, o meu colega de Vila Verde já falou aqui e é verdade. O programa MAREESS, como é que eu hei de dizer, não queria chamar-lhe um nome feio, mas o certo é que não veio beneficiar a população em geral e eu vou explicar o porquê. Quando digo a população em geral estou-me a referir também a todas as Instituições de solidariedade e outras por aí que se podiam candidatar a essa medida. Como aqui foi dito é verdade, a gente sai à rua e não tem ninguém para trabalhar nessas medidas. Eu não quero dizer que seja cem por cento a culpa disso, mas que é grande responsabilidade disso é da Câmara, e eu vou explicar porquê. Porque se chegar ao pé de uma pessoa qualquer e lhe disser “tens aqui o programa MAREESS, podemos resolver esta situação assim, queres ir?” Pronto, ele até fica, e já aconteceu comigo, até sou capaz. Mas depois se, entretanto, a Câmara lhe disser que pode vir para a Câmara pelo mesmo programa a pessoa já não hesita. Vai para a Câmara, porque outro sentido também, outra perspetiva e deixa as Instituições, Freguesias e IPSS e essas coisas todas. -----

Portanto, eu acho e deixo aqui uma solução se o Sr. Presidente a quiser agarrar, Alijó não se consegue desenvolver sem o restante concelho, portanto, a melhor forma que há, e as Instituições, estas e outras é darem as mãos e tentarem as soluções para os mesmos problemas. Se o Sr. Presidente disser assim “têm aqui uma pessoa por exemplo, de Vila Chã ou de Vila Verde, que quer vir para Alijó”, devia articular com Vila Chã ou Vila Verde ou outra qualquer e dizer: “olha precisas lá, e se precisas não a metias aqui”. Porque se a pessoa, como eu disse, tiver em Alijó e tiver na freguesia, prefere Alijó. Portanto, enquanto não houver parceria e não houver colaboração entre todos vamos assistir a isto, Alijó terá os MAREESS quantos quiser e as outras Instituições, IPSS e outras não terão ninguém como aconteceu como disse o meu colega e do que digo eu.-----

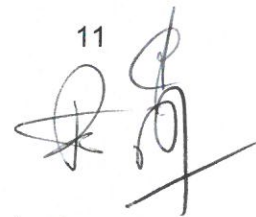
PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS). Cumprimenta os presentes.-----

Como tem vindo a ser hábito nas últimas sessões, trago um tema diferente, na última foi uma questão de ambiente, hoje trago uma questão de desporto e vou-me focar concretamente no futebol.----- --
O futebol que tanta tradição teve no nosso concelho. Quase todas as terras tinham o seu campo de futebol, o seu clube, e foi desaparecendo. No domingo à tarde todas as pessoas se deslocavam ao campo de futebol, muitas delas até sem perceber nada do jogo e passavam uma tarde de convívio. Infelizmente, com a desertificação e com todo este problema que assola o interior as coisas têm ido desaparecendo. -----



Neste momento, temos em termos de futebol dois clubes em atividade no nosso concelho, o Alijoense e o Sanfinense. É claro que está a ser muito difícil captar miúdos e é disso que eu falo, já não falo de futebol sénior, falo de futebol de formação para a treinarem e para jogarem pelas nossas cores. É verdade que, de há um tempo para cá, desde que se construiu o estádio municipal, estes dois clubes que eram os que se mantinham em funcionamento têm tido uma ligação muito próxima. Nós percebemos que, já não conseguimos ser aqueles rivais de antigamente, nós partilhávamos o estádio municipal, organizávamos jogos em conjunto e só assim é que nós conseguíamos pôr os jovens a funcionar todos, infelizmente aqueles poucos que apareciam. E muito difícil para todos nós fazer isso.-- Entretanto, o estádio municipal com excelentes condições foi-se degradando, vi aqui há dias, umas fotografias no Facebook, as fotografias estavam identificadas, a pessoa que as postou identificou-se, não era ninguém anónimo e o estado em que aquilo chegou é lastimável.----- Como todos sabem, também é uma pretensão do Sanfinense, embora o campo de futebol não seja municipal, desde sempre foi uma pretensão, uma tentativa para melhorarmos aquele complexo. Falamos de um campo em terra batida. ----- Nos últimos campeonatos em que nós participávamos antes da pandemia, o único campo pelado era o do Sanfinense. Cada vez é mais difícil arranjar diretores para o clube, porque sabem que a seguir tem que ir marcar o campo, têm que ir passar a grade no campo, tem que fazer uma série de trabalhos.----- Sr. Presidente, eu não digo que não há apoio para os clubes, porque efetivamente tem havido transferências de capital para os clubes manterem o seu funcionamento. Mas nós sem apoio às infraestruturas não conseguimos dar o passo seguinte. Aquelas fotografias que eu vi do estádio, o estado do tapete sintético, não são atrativas para os miúdos se deslocarem para lá treinar. Já não falo do pelado de Sanfins, porque eu sei que muitos miúdos de Sanfins vêm treinar a Alijó pelo sintético, apesar das fracas condições, preferem o sintético. Mas digo-lhe que muitos miúdos de Alijó vão treinar a Vila Real por causa do sintético. E falo concretamente de algumas miúdas que participam na seleção distrital de futebol. O Alijoense e o Sanfinense, em pouco número, nas últimas seleções distritais têm participado com atletas para essa seleção distrital e penso que o meu colega de direção, o Pedro Maximino tem assistido a isso. E nós disponibilizamo-nos inclusive para levar os miúdos e a Câmara também fez esse trabalho, para os levar em conjunto, portanto a rivalidade já não existe.----- O que eu venho aqui pedir é que haja mais atenção para o desporto, neste caso concreto de hoje focome especialmente no futebol, quer na reparação do estádio municipal, que é de todos nós, onde nós treinamos, o Sanfinense e o Alijoense. Quer naquela pretensão de que o Sanfinense tem de há muitos anos, de colocar um sintético. Só assim poderemos dar o passo seguinte, porque senão qualquer dia é mais um campo de futebol abandonado como tantos outros que temos por esse concelho fora. Peço alguma intervenção nesta situação, sei que são investimentos caros, efetivamente os sintéticos já reduziram substancialmente de preço. Porque está a ser difícil arranjar miúdos e está a ser difícil arranjar diretores para manterem esses clubes em funcionamento.----- Esta reivindicação já é antiga como todos sabem, não é de agora. Temos que parar um bocadinho, pensar, dar as mãos e avançar com estes projetos. E o estádio municipal, aquele estádio que teve qualidade internacional, eu lembro-vos que chegou a ser efetuado ali um jogo da seleção feminina de futebol, foi durante a semana num dia à tarde e o estádio encheu completamente, a abarrotar. ----- Há poucos estádios na associação de futebol de Vila Real com aquelas qualidades, portanto, não



podemos deixar abandonar as infraestruturas só porque sim, temos que dar um passo em frente e agora que nos livramos desta pandemia faz todo o sentido a arregaçar as mangas e acelerarmos o processo.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP). Cumprimenta os presentes.-----

Ouvi com atenção a situação de que o estádio de futebol de Alijó estaria com algumas dificuldades, algumas deficiências. Perguntava se já estão a ser tomadas algumas diligências para que tal situação seja debelada e se há já trabalhos em curso?-----

Dou os parabéns ao Sr. Presidente e ao executivo pela inauguração da Casa dos Noura, parabéns pela iniciativa de trazer uma exposição para essa mesma casa de tão importante artista plástica, artista essa, de renome nacional e internacional, que muito me alegra.-----

Dou também os parabéns ao executivo pela originalidade das celebrações do dia da liberdade, bastante originais e que deram outra cor às mesmas.-----

Dou os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de São Mamede de Ribatua pela sua eleição. Parabéns também pelo convite e pela organização da Feira da Laranja que vai sendo um ex-libris da Freguesia e que vai sendo um marco no que diz respeito à mostra dos produtos endógenos da região, mais em particular da laranja de São Mamede.-----

Dou os parabéns também ao Sr. Presidente pelo respeito por esta Assembleia Municipal para assim podermos discutir em seguida as opções políticas deste protocolo que foi apresentado aqui pelos técnicos, pelos parceiros e pela empresa Skyline.-----

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se já há algum desenvolvimento em relação ao projeto de proteção de culturas a nível de trovoadas, se já há alguma resposta da parte do Município de Sabrosa. Uma vez que nos aproximamos da época do ano em que nos afligimos, e sendo eu um pequeno agricultor minifúndio, mas tenho aqui alguns colegas deputados que já têm alguma área, extensão, que também estão preocupados com as trovoadas, como é evidente. Estando eu preocupado não só em mim, mas como deputado municipal também me preocupo com a restante população deste mesmo concelho.-----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções dos Srs. Deputados, pede ao Sr. Presidente da Câmara para dar esclarecimento às questões que foram levantadas pelos Srs. Deputados.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA. Felicito o Mário Jorge pela sua eleição para Presidente da Freguesia de São Mamede Ribatua, felicita-lo a ele, a toda a sua equipa e à Assembleia de Freguesia, que seja bem-vindo! És um jovem lutador, estás bem acompanhado e julgo que vais fazer um bom trabalho, à semelhança do que disse o Sr. Deputado João Cruz, enquanto membro desta Assembleia e freguês, eu também digo enquanto Presidente da Câmara que terás o executivo sempre a apoiar-te, aliás, como todos os Srs. Presidentes de Junta. Parabéns.-----

Deputado João Cruz, a Casa dos Noura e esta questão foi aqui colocada por dois ou três Deputados, portanto, os comentários que vou aqui tecer constituiriam digamos, resposta a outros que falaram sobre este investimento. -----

De facto é para nós um investimento estruturante no que diz respeito à promoção dos nossos produtos endógenos. Com um grande foque no produto vinho, mas também estruturante no que diz respeito à promoção do nome de Alijó na região e não só. Como disse e bem, às vezes custa mais dinamizar, é



mais difícil dinamizar o equipamento destes do que propriamente construir, ou arranjar fundos para o construir. É um pouco o que se está a verificar, o que se verificou digamos, nesta fase de montagem de exposição dos produtos em si. De facto, não obstante, termos feito atempadamente uma reunião para a qual convocamos todos os produtores de vinho e de outros produtos do nosso concelho, que fizemos no salão nobre, explicamos em que consistia este projeto e este investimento, levamo-los a visitar as instalações, exatamente para que as vissem, quer o equipamento excelente e que seria um suporte à promoção dos seus produtos, excelente. Contudo, não foi fácil. Não foi fácil reunir os contributos físicos e materiais dos nossos produtores. Foi difícil. Eu não percebo sinceramente, passou-se com este equipamento o que se passou com outros. -----

Normalmente a Câmara procura investir sempre o mais possível, o mais acertadamente possível, contudo, vejo alguma dificuldade por parte dos nossos agentes económicos em aproveitar, tirar o melhor rendimento, a mais-valia possível desses investimentos. E é quase a saca-rolhas que se conseguem as coisas para montar, para apetrechar e para montar aquela exposição. Ainda hoje a exposição no que diz respeito a vinhos estará, diria, manca. Porque ainda há produtores do nosso concelho que não entregaram exemplares das suas marcas. Mas é um trabalho que teremos que ir desenvolvendo ao longo dos próximos dias, próximos tempos. Porque queríamos efetivamente que aquele equipamento fosse rentabilizado ao máximo, por que se ele for rentabilizado ao máximo o proveito será dos nossos produtores e todos os nossos municípios.-----

Questiona-me relativamente ao modelo de funcionamento. Esta exposição da Joana Vasconcelos vai cessar no próximo dia vinte de junho e, portanto, até lá há uma série de iniciativas que estão pendentes, porque não podem pura e simplesmente ali decorrer enquanto lá estiver a exposição. O investimento naquele equipamento, entre trabalhos normais de empreitada, alguns trabalhos complementares, revisão de preços e equipamento entre: mobiliário, som e imagem, que ainda falta instalar, só poderão ser instalados quando terminar a exposição da Joana como disse. Ronda muito próximo, muito próximo mesmo de um milhão de euros. Portanto, é um equipamento muito significativo que terá necessariamente que ser muito bem dinamizado. Até lá, até ao final de junho vamos estudar com os nossos produtores o melhor modelo de funcionamento. -----

É um equipamento que está disponível para apresentação e lançamento de produtos, para a degustação dos vinhos ou outros produtos: fumeiros, queijos, mel, pão, etc.. E é um espaço também cultural porque tem essa ligação. Mas esse modelo terá que ser necessariamente agora discutido e apurado com os nossos produtores. Também é possível a venda para quem visite. Vamos estudar se é possível, eventualmente, iremos para o modelo da consignação que os nossos produtores fornecem os produtos, ou colocam ali os produtos à consignação e o Município à medida que for vendendo depois vai acertando as contas com os produtores. Mas tudo isso vai ser agora preparado. Antevajo algumas dificuldades, à semelhança do que acabei de dizer atrás, se foi difícil conseguir os produtos para a exposição será também difícil antevajo eu, chegar aqui ou pelo menos reunir aqui digamos opiniões suficientes para que se chegue aqui a bom porto. Mas vamos ter que chegar. -----

Em termos de funcionamento para o público, ainda há aqui algum trabalho a fazer, e terá que ser necessariamente desenvolvido até ao fim da exposição da Joana Vasconcelos. Que a partir daí, até porque se avizinha ou se aproxima um período alto de turismo, queremos que ele esteja a funcionar na sua plenitude. Com certeza também está interessado, ou estarão interessados em saber quantos



visitantes até hoje afluíram aquele equipamento. Eu quero-lhe dizer que só no primeiro fim-de-semana a seguir ao dia da inauguração tivemos cerca de trezentos visitantes. Portanto, não tenho os números daí para cá, mas a ideia que tenho é que efetivamente está a ser bastante visitado.-----

Pergunta-me também relativamente às Portas de Entrada, o espaço que foi construído destinado à Junta de Freguesia de São Mamede Ribatua. De facto assim foi, está lá, está disponível, o Presidente de Junta que cessou funções nunca o quis ocupar. O desafio está lançado ao atual Presidente de Junta, aliás acho que ainda hoje ou ontem falamos sobre isso, assim o executivo da Junta de Freguesia decida, aliás para nós era uma mais-valia. Porque mantinha a presença constante e poderíamos rentabilizar até inclusive os meios humanos, no que diz respeito ao atendimento das Portas de Entradas propriamente dita. Portanto, está nas mãos do executivo da Junta de Freguesia.---

Deputado Toni Afonso coloca aqui uma questão relativamente ao posicionamento, ao pré-posicionamento dos Bombeiros, das equipas de Bombeiros durante o período crítico. O Sr. Vice-Presidente acaba de me informar que só após a saída da diretiva é que será possível confirmar. Contudo, há informação que muito provavelmente haverá posicionamento na sua freguesia.-----

Deputado António Fernandes relativamente ao auditório, eu lançava aqui um desafio às Sras. e Srs. Deputados, que no fim desta sessão visitássemos o estado das obras no piso inferior. É porque assim, por muito que eu possa dizer, enfim, não há como ver as coisas e acho que podemos constatar in loco as dificuldades com que nos temos deparado. Ainda é possível ver ali alguns erros infraestruturais cometidos na altura da construção que estão a criar sérios problemas, sérias dificuldades que é preciso permanentemente andar em busca de soluções técnicas para resolver. -----

Mas gostaria sinceramente, se o Sr. Presidente da Assembleia concordasse e os seus Srs. Deputados, no final, são cinco minutos. Eu próprio poderia falar sobre aquilo que ali se passa. Isto, para além das centenas de milhares de euros que já se gastaram, que já se investiu na recuperação deste edifício, inclusive, nesta sala onde nos encontramos. Porque, efetivamente, as patologias de que sofria este edifício, uma das principais era a ausência de licença de funcionamento que tinha sido caçada algures ali por abril/maio, se a memória não me falha, de dois mil e treze e disso ninguém fala. Mas, em dois mil e treze quando nós chegámos à Câmara este edifício não tinha licença de funcionamento porque ela tinha sido pura e simplesmente caçada, por falta de condições de segurança.

Saneamento na Chã. É verdade, o Sr. Presidente da Freguesia já falou comigo. Vai ter que se desenvolver um projeto, como é óbvio, e entrar em negociação com o proprietário do terreno, para chegarmos a um entendimento no sentido de instalar ali uma fossa biológica, uma mini ETAR biológica.-----

Relativamente ao canil, ao estado do canil e da obra. Neste momento o grosso do trabalho está feito, foi pedida uma prorrogação, salvo erro, até julho, se a memória não me falha. O empreiteiro encomendou a nave principal no que diz respeito ao canil propriamente dito, as boxes, tudo o resto está pronto. Quero crer que no fim do verão, do próximo verão o equipamento esteja a funcionar.-----

Relativamente ao MAREESS, eu não sei se percebi, o MAREESS terminou a trinta e um de março. Neste momento não há MAREESS. Eu não sei em que é que a decisão da Câmara possa ter prejudicado designadamente a sua IPSS, IPSS de Vila Chã. Sinceramente não estou a perceber. O MAREESS terminou a trinta e um de março, e foi dada a possibilidade, designadamente aos Municípios, para que as pessoas que estiveram no MAREESS pudessem, através do programa CEI+,



prolongar o seu contrato com a entidade por mais um ano. Eu, sinceramente nem sei quem são, julgo que são nove que estão no Município, nem sei de onde eles são, mas foi isso que aconteceu. Portanto, não percebo. A Câmara também tem necessidades e que eles já estavam na Câmara pelo MAREESS.-----

Deputado Cláudio referiu o desporto e o estado do relvado do estádio municipal. Também eu fiquei chocado com essa publicação no Facebook, e de imediato pedi aos serviços que fizessem uma vistoria para saber se tudo aquilo que ali se publicada era verdade. -----

Efetivamente não era verdade, nem é verdade. Olhe tanto não é verdade que ao fim de dois dias estava tudo reparado. Tirando o estado do relvado, como é óbvio. Para sua informação a substituição do relvado do estádio municipal custa, no mínimo, cento e cinquenta mil euros. Dá a impressão que o Sr. que as publicou, não sei quem é nem me importo, andou mesmo à procura da agulha no palheiro. Pelos vistos eram meia dúzia de azulejos e uma porta partida. Mas também é verdade que esse Sr. enquanto treinador tem uma função educacional muito importante. E se calhar quando os miúdos são despejados pura e simplesmente nos balneários e deveriam ser acompanhados pelo técnico que lhes dá formação. Se calhar o vandalismo acabava. Mas é mais fácil, de facto, vir para o Facebook e dizer umas atoardas dando a ideia de facto que aquilo estava um caos, mas não está realmente. -----

Relativamente ao relvado obviamente que também já procurámos saber quanto ele custa, já informei e não vamos substituí-lo de imediato. Porque conversando, designadamente com o Sr. chefe de divisão respetiva, ele que viaja também por outros concelhos, e joga bola nos outros estádios, não há nada que assuste, não me parece sinceramente. Acho que se está aqui a criar um problema onde ele efetivamente não existe, pelo menos à escala que está a tentar-se criar. É verdade que não é um relvado novo, provavelmente carecerá ali de uma reparação de borracha, reposição de alguma borracha, mas pela informação que tenho é que há estádios aqui à volta bem piores em termos de relvado e as pessoas pelos vistos não protestam tanto.-----

Quanto a deslocação para outros estádios para treinar, vou-lhe contar aqui um exemplo muito paradigmático: quando os encarregados de educação pagavam os passes escolares dos nossos filhos. Os alunos que estudavam e frequentavam a escola do Pinhão quando terminavam o último ano de ensino naquela escola preferiam ir para Sabrosa porque os passes eram gratuitos. Agora que são gratuitos em Alijó continuam a ir para Sabrosa. -----

Deputado Rui Lopes, combate ao granizo. De facto, foi um compromisso meu, nosso, de avançarmos já este ano com um sistema de defesa anti granizo. E temo que não seja possível para já, neste ano. Por uma razão simples, é que o projeto foi concebido em áreas do Município de Alijó e do Município de Sabrosa, nas duas margens do Rio do Pinhão. E o Sr. Presidente que cessou funções, Sr. ° Domingos Carvas, tinha assumido connosco, com o comité - as pessoas que fazem parte do comité de Instituições sabem disto - claramente preto no branco, que suportaria quota-parte correspondente à área do projeto de Sabrosa. E as coisas estavam bem encaminhadas. Entretanto, houve eleições autárquicas, o Sr. ° Domingos Carvas não se apresenta às eleições e a Câmara tem uma nova Presidente. Não está a ser fácil convencer a Sra. Presidente a assumir a quota-parte que corresponde a Sabrosa neste projeto, não está a ser fácil. Eu próprio já falei com ela várias vezes mas não está a ser fácil. E, no entanto, estamos a falar de uma quantia que não chega a cem mil euros, para o concelho de Sabrosa. Enquanto, no Município de Alijo é mais do triplo, também tem mais área, é



verdade. Agora, uma coisa certa, o projeto está assim concebido para as duas áreas. Eu não acho que enquanto Presidente da Câmara de Alijó deva suportar a parte do projeto correspondente a Sabrosa. Vamos lá ver se nos entendemos. Assim, a Sra. Presidente da Câmara de Sabrosa se decida vamos embora e nós alinhamos.-----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções dos Srs. Deputados Municipais, e as respostas pelo Sr. Presidente da Câmara, dou por encerrado este período. Passo a abrir o período de intervenção do público, não havendo, dou por aberto o período da ordem do dia.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PRESIDENTE DA MESA: Introdúz o **PONTO UM - EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.**--
Abre período de inscrições, não havendo inscritos a Assembleia Municipal toma conhecimento. -----
Introdúz o **PONTO DOIS - PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO TRIPARTIDO ENTRE MUNICÍPIO DE ALIJÓ, FLYING EQUIPMENT SKYLINE LDA. E UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO.**-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Ora, relativamente a este ponto sinceramente depois da explicação que aqui foi prestada pela Skyline e pelo Sr. General, acho que era de dispensar sinceramente, enfim, uma segunda apresentação que não é isso que me proponho a fazer, mas acho que há aqui alguns aspetos que deveria vincar. Como foi aqui dito, o Município de Alijó trabalhou com esta empresa e com a UTAD há cerca de um ano e meio, sensivelmente. Houve ali uns meses de “namoro”, foi preciso conhecer a empresa, nós fizemos um trabalho exploratório, tentar saber quem era a empresa, o seu histórico, o que ela tem feito. Ouvimos muitas opiniões, fomos inclusive à Câmara onde ela tinha trabalhado, onde estava instalada, onde tem a sua sede. Mas, como tudo na vida, tudo é dinâmico. Até admito que a empresa possa, num período inicial, não ter demonstrado grande trabalho, mas, o que é certo, é que ela hoje mostra trabalho. E. dado os contactos que têm, quer institucionais, quer o relacionamento que tem com empresas privadas, nós chegámos à conclusão que valeria a pena avançar para uma relação mais formal, estável e definitiva com esta empresa. Por várias razões como disse, pelos contactos que têm, pelo trabalho realizado, pela oportunidade que representa este projeto. Está muito virado para aquilo que hoje são essencialmente as tendências em matéria de descarbonização, em matéria de investigação e exploração de conceção de novos combustíveis. -----

Hoje, fala-se tanto da guerra da Ucrânia e de drones, não perdemos a oportunidade de ver que uma das áreas de trabalho desta empresa incide exatamente na testagem de equipamentos, drones tripulados ou não tripulados. É uma área muito atual de trabalho, com muitas perspetivas em movimento e que não deixará de ter financiamento. Esta empresa propõe-se a desenvolver o projeto, ou melhor, o contrato que vamos assinar com eles prevê a obrigação da empresa mudar a sua sede quer administrativa, quer operacional para o concelho de Alijó. -----

Têm para isso, dois anos, se o não fizer, o contrato poderá ser denunciado e será seguramente pela Câmara Municipal. E se isso, se verificar, sim, acho que teremos condições para prosseguir. Entretanto, é também o período para a empresa preparar os projetos e os candidatar a fundos



comunitários. Sinceramente, eu tenho fortes esperanças de que os seus projetos vão ser bem-sucedidos, vão ser apoiados e a empresa vai ficar connosco muitos anos e vai desenvolver de facto aquele equipamento. E teremos aqui dentro de alguns anos uma infraestrutura única no país, se calhar até na Europa. Isto, obviamente que há-de gerar emprego. -----

Reconforta muito saber da forte possibilidade de poder haver ali instalações para uma boa parte curricular dos custos de aeronáuticas de engenharia mecânica da UTAD e não só. Teremos ali um ensino efetivo, um ensino mais aplicado, por isso, teremos gente. Há-de fazer funcionar a restauração, a hotelaria, se calhar a reabilitação do parque habitacional privado, porque não. Teremos cá conhecimento especializado, mão-de-obra especializada, há empresas de outros países da Europa que colaboram com esta empresa Skyline, e que com certeza, aqui se deslocarão para testar os seus equipamentos. Não é de excluir, dada a proximidade também do nosso parque industrial que aqui se possa fixar empresas que produzam materiais, que estarão em teste. Portanto, eu acho que poderemos estar a um passo, porque só falta mesmo a assinatura, de iniciarmos um trajeto que pode ter repercussões positivas, muito significativas para a economia do nosso concelho e para a projeção, por que não dizê-lo, do nome de Alijó, não só na região, mas também no país e lá fora. -----

O valor da renda foi a forma legal, porque esta parte jurídica também deu muito trabalho, quer aos nossos advogados, quer aos advogados da empresa e foi a forma imediata e mais legal que se encontrou. Foi o contrato de arrendamento para fins não habitacionais. -----

Foi avaliada a infraestrutura com base naquilo que lá está neste momento, foi fixada pelo perito uma renda mensal de 750,00€, salvo erro. Não é pelo valor, dado o interesse municipal que este projeto representa, abdicaríamos com facilidade desse valor, mas o que é certo, é que a lei assim o impõe. Não se pode dar rigorosamente nada, muito menos a uma entidade privada e, portanto, este foi o valor encontrado pelo perito e é o que terá que ser. -----

Tudo foi feito de forma o mais transparente possível, por isso, é que eu fiz questão que o projeto fosse explicado em reunião de Câmara e em Assembleia, e só depois é que avançaríamos e vamos avançar para a assinatura formal deste protocolo, que nos vai vincular para já durante dois anos, quer à empresa, quer à UTAD, quer ao Município. Espero bem que nos vincule pelos quinze anos seguintes, será sinal de que as coisas estão a correr bem. Eu, sinceramente espero e desejo muito, aliás como todos nós, que isto corra muito bem. Para já é só, se houver mais alguma questão para responder. -----

PRESIDENTE DA MESA: Aberto o período de inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Carlos Monteiro, Eliana Cardoso, Cármen Pinto, António Fernandes, Rui Lopes, Cláudio Vilela e Raffaele Vilela. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Monteiro. -----

DEPUTADO CARLOS MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. ----- Hoje é o dia em que o aeródromo de Vila Chã, abandonado por gestões anteriores, sai dos folhetos eleitorais e abraça um projeto que finalmente irá permitir o seu desenvolvimento. O facto de se situar num planalto sem obstáculos nas proximidades, sem nevoeiros ou ventos persistentes, contribui para condições de grande segurança na aviação. A sua localização é central, relativamente ao norte do país, e as potencialidades desta infraestrutura vão sendo de ordem turística, proteção civil, económica e de investigação. É nestas últimas vertentes que este projeto na sua fase inicial se vai desenrolar. Obviamente que eu não vou dizer nada de novo do que aqui já foi dito. Já foi tudo mais que explicado



e é evidente que nós todos queremos que o aeródromo deixe de ser verde pelo mato e passa a ser verde pela sua certificação.-----

Quanto aos parceiros, como já podemos verificar a empresa Skyline, que para além de outras atividades, por um lado concebe, desenvolve e produz e mantém aeronaves, também presta serviços de consultoria especializada e apoio técnico na área da aeronáutica. Têm parcerias com diversas Instituições de investigação e, portanto, é um parceiro com competências na área. -----

Outra entidade presente neste protocolo é a UTAD que dispensa apresentações e tem desenvolvido investigação também na área da aeronáutica. Provavelmente, outras Instituições de ensino superior com investigação na área também se seguirão. O facto de o objetivo ser certificar o aeródromo, como aeródromo verde onde só se irá usar energias renováveis, irá com certeza captar investimento, investigação também nas áreas das energias renováveis, nomeadamente na área dos combustíveis verdes, como o hidrogénio, aplicadas em aeronáutica. Assim, esta parceria tem capacidade de atrair investimento, quer em obra, numa primeira fase, quer em investigação e desenvolvimento, numa segunda fase. Trazendo conhecimento e mão-de-obra especializada, potenciando o desenvolvimento económico da freguesia, do concelho e até da região. Assim, Alijó fará parte da missão de contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito estufa. -----

Outra vertente beneficiada será a proteção civil. Os cursos de pilotagem que serão ministrados e os equipamentos que serão disponibilizados, permitirão monitorizar as manchas verdes, tanto na deteção de incêndios, como para limpezas, controlo de pragas e levantamentos cartográficos, etc..-----

Em termos turísticos, teremos um aeródromo e uma estação náutica no concelho e que certamente trarão muitos visitantes e não existem muitos concelhos que se possam gabar de possuir estes dois equipamentos juntos. De notar que o protocolo salvaguarda a posição do município em caso de incumprimento da Skyline. -----

Até poderá ser uma mais-valia para a escola, por isso é que eu fiz a pergunta, abrindo cursos profissionais especializados nessas áreas, por exemplo: curso mecânico de análises e de material de voo ou técnico de produção aeronáutica, abrindo oportunidades de emprego qualificado para os nossos jovens. E assim, o aeródromo poderá ser um pilar desenvolvimento de um cluster nas áreas da aeronáutica e combustíveis verdes, que certamente vai levar e um grande crescimento económico e emprego para a nossa região.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra a Sr.a Deputada Eliana Cardoso. -----

DEPUTADA ELIANA CARDOSO (PPD/PSD.CDS-PP):Cumprimenta os presentes.-----

Antes de mais, sendo esta a minha primeira intervenção no atual mandato, quero expressar que é um gosto voltar a esta casa e usar da palavra.-----

Permita-me ainda felicitar, já que é minha primeira vez aqui, todos os membros desta Assembleia pela sua eleição e faço votos de sucesso para o desempenho destas funções em prol da causa pública. Que seja um mandato profícuo para toda a gente.-----

No que concerne ao ponto em análise, sendo munícipe e tendo também uma costela na parte norte do concelho, em especial na aldeia da Chã, não podia deixar de me expressar, de me congratular com esta medida há muito esperada pelos munícipes, em especial os que habitam a zona norte. Sabendo que, este projeto foi pautado pela persecução do interesse público não posso deixar de ressaltar o trabalho do Executivo Municipal e felicitar a forma judiciosa com que efetuou a escolha dos parceiros



do protocolo e contrato de arrendamento do aeródromo da Chã. -----

Sendo o aeródromo da Chã um importante elemento geoestratégico e contendo múltiplas e transversais valências, não só para o concelho de Alijó, mas também para a região do Douro e no contexto nacional, é de especial importância a sua reabilitação e reativação. Este é sem dúvida um projeto de extrema importância para o concelho e, com a criação do mesmo, o executivo municipal está a construir o futuro. Porque isto é um importante desenvolvimento social, económico e turístico para o concelho de Alijó, bem como para a região do Douro. Não esquecendo também o impacto que isto poderá ter a nível político. Citando que alguém me disse:” este projeto é a prova que o futuro não se planeia, o futuro constrói-se”.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra a Sra. Deputada Cármen Pinto.-----

DEPUTADA CÁRMEN PINTO (PSD):Cumprimenta os presentes.-----

Como exposto na apresentação anterior, antes da ordem do dia, podemos constatar que o Município de Alijó com a celebração deste protocolo tripartido só terá a beneficiar. Pois assim irá permitir reabilitar e dinamizar uma infraestrutura com grande potencial para a nossa região. -----

O aeródromo da Chã tem características intrínsecas, como uma boa localização geográfica, central na região transmontana, boas condições climatéricas ao longo de todo o ano, ausência de obstáculos para a realização de aterragens e descolagens em segurança, apresenta também corredores aéreos permitindo uma maior rapidez de ação nas atividades daquele espaço aéreo. Por estes motivos, este aeródromo é sem dúvida um abrigo seguro na aviação, um local excelente para a formação na aeronáutica, permitindo um laboratório de ensaio seguro para os alunos ali a serem formados, bem como para os projetos a serem desenvolvidos. -----

Para o Município será uma mais-valia pois permitirá a criação de novos empregos, formação de profissionais qualificados, deslocação de profissionais durante o período de formação, havendo maior fluxo de pessoas na restauração, na habitação temporária, criação de novos projetos ligados à agricultura como podemos constatar como por exemplo: na análise cartográfica da região, na proteção civil, essencialmente na prevenção de incêndios. E ainda, numa fase mais avançada do projeto, o desenvolvimento de um aeródromo regional com uma vertente comercial permitindo que o turismo, um elemento forte e em crescimento na nossa região, possa desenvolver-se com esta proximidade ao aeródromo. Criando assim uma ligação aérea ao Douro quer para o turismo, quer para as empresas que se encontram nas suas encostas. -----

Por estas razões, é essencial aprovar este protocolo pois permitirá a concretização de importantes atribuições e de competências em matéria de desenvolvimento e apoio às atividades económicas para o nosso município.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Ora, então vamos falar de aeródromo. Penso que não ficará nada mal, falar-se do que é nosso, daquilo que a gente sente, até quiseram inventar que eu estava contra o aeródromo, contra esta iniciativa. -----

Meus caros, em circunstância alguma eu disse que estava contra esta iniciativa, eu quero tanto o desenvolvimento do aeródromo, ou mais, do que qualquer um que aqui está. Sabem por quê? Porque se calhar já falei, durante a minha vida política, mais de cinquenta vezes na recuperação daquela



infraestrutura, portanto, não queiram fazer parecer que alguma vez, em circunstância alguma, estive contra o aeródromo. -----

Senão vejamos, toda a gente diz aqui, com todo o respeito pelas outras intervenções, todos dizem aqui o óbvio, claro que vai fazer isto, vai fazer aquilo, que é muito bom. Claro que é muito bom, tudo o que venha para Vila Chã, para o norte do concelho e para o concelho em si é bom para todos. -----

Agora, temos é que entender qual é o objetivo que as pessoas querem alcançar com certas coisas. E eu entendo muitos. Por exemplo: é normal que o Presidente Junta de Vila Chã ou de outra Freguesia qualquer se preocupe com o que se vai lá passar e também com os empregos e com as perguntas que eu fiz. Quando as perguntas são diretas, objetivas e têm uma finalidade é melhor dizer que não se percebeu. A minha pergunta era tão essencial, que vamos aqui ver uma coisa, eu faço uma candidatura para qualquer coisa, por exemplo: para a ampliação do meu lar; a primeira coisa que me perguntam é quantos são os empregos que vou criar, e vocês fazem a mesma coisa. Portanto, é natural que o Presidente de Junta, visto que há agora oportunidade, e aí dou os parabéns ao Sr. Presidente, que há oportunidade de aproveitar aquela infraestrutura, que se preocupe com os inconvenientes que vai colocar às populações e com os benefícios. É disso que se trata qualquer investimento é a prioridade número um. Portanto, essas coisas para mim falham.-----

Agora, vou aqui dizer outra coisa, tão importante como o passo que vamos dar e os passos que demos para aqui chegar. E o aeródromo está lá, existe lá e tem uma história, uma história que pouca gente se calhar conhece. Já sabemos que foi em 1938/39, antes da Segunda Guerra Mundial, mas foi a preparar para a Segunda Guerra Mundial. Já sabemos que houve uma figura preponderante nisso que se chamava Tenente Dias, e foi ele um grande impulsionador daquela obra, está bem.-----

Depois disso entrou noutra marasma, noutra situação obscura e houve alguém, porque está aqui neste documento, ninguém inventa, o que aqui se diz é que foi cedido. Do português sem ser nenhum expert, em português percebo, que quando se cede uma coisa e não se diz o valor pelo qual que se cedeu, dá ideia que foi dado. Desde 1939 até 2009/2010 nunca estive como está agora. Temos que fazer justiça, a primeira pessoa política que se importou por aquela infraestrutura chama-se Dr. Aníbal Ferreira. Todos nós sabemos, o que ali foi gasto e o que ali se investiu para tentar potenciar o aeródromo. É verdade que o Sr. Presidente disse que aparecem sempre muitos obstáculos, e quantos obstáculos ainda vai ter que ultrapassar se quiser levar a obra por diante. -----

Depois disso, no casamento de um funcionário da Câmara, alguém falou que o aeródromo estava em hasta pública, num sábado ou domingo. Pois, nessa segunda-feira de manhã o Presidente da Câmara da altura e o Presidente da Junta de Vila Chã e mais um funcionário ou dois, às nove da manhã estavam no edifício da Direção-Geral do Património para adquirir o aeródromo. A importância foi vinte mil contos, que teve que se pagar e nem sequer aceitaram em prestações. Para quê, para que não fosse para um privado. Foi adquirido e por essa razão é que o aeródromo ainda lá existe, senão já não existia, punham lá qualquer coisa. Portanto, assim sendo salvaguardou-se, cada um faz a sua parte e o Sr. Presidente está a fazer a dele e muito bem e tem todo o meu apoio.-----

Agora, não queiram que o Presidente de Vila Chã, porque lhe dizem que é muito bom, porque vai ser bom, porque a empresa também diz que é boa, que tem que acreditar em tudo. Não, o Presidente de Vila Chã faz perguntas e acha que são pertinentes, depois, têm que ter resposta. Faz-me quase como o aluno da lição, estudei a lição e então o que é que sabes, não faz perguntas ou sabe tudo ou não



sabe nada. E eu, se calhar, no que concerne a esta infraestrutura, não sei nada, e quero saber para responder à população quando me perguntam, olha o que é que vai acontecer, o que é que vão fazer. E a gente explica, se calhar até estamos a prestar um serviço útil para o desenvolvimento da infraestrutura que queremos.-----

Depois, e toda a gente sabe a efervescência que houve para pôr aquele aeródromo naquilo que está, se querem saber comprou-se por vinte mil contos, cento e vinte mil metros quadrados. Sabem, quanto é que têm agora aquela área toda? Trezentos e cinquenta mil metros quadrados. Portanto, se só existia aquilo, se agora existe mais duzentos e trinta mil metros quadrados é porque alguém o adquiriu, é porque alguém se esforçou para que aquilo fosse assim.-----

Não se chegou ao final, muito bem quantas vezes a gente quer tanta coisa e fica pelo caminho. Agora, o Sr. Presidente quer levar a obra para a frente, muito bem, só tem que ter o apoio de todos. Nós temos que perguntar aquilo que achamos que é necessário e que é bom para as nossas populações. E vou dizer aqui agora um provérbio alentejano, de uma vez no Alentejo eu entrei lá numa casa e sabe o que é que lá estava? Um sujeito na cadeira assim a dormir, por baixo tinha uma legenda: “não deixe dormir o seu autarca”, isso, serve para o Sr. Presidente e serve para mim também. Não deixe dormir o seu autarca. O autarca tem mesmo que lutar e ele está a fazer isso, já lhe disse que têm os meus parabéns, terá o meu apoio.-----

Em relação ao Sr. que também não percebeu, mas pelo menos teve a humildade de se sentar ao pé de mim e de pedir desculpas, já levou os contactos, já fez tudo e com certeza que quer trabalhar em colaboração com as populações e é para isso que cá estamos. Portanto, a obra está lá, toda a gente sabe, quantas vezes falámos por aquilo estar assim. Só tenho que congratular-me por esta iniciativa.---

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes.-----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Impõe-se a pergunta. Porque é que foi escolhida esta empresa? Já havia alguma ideia para este tipo de equipamento, para se fazer aqui alguma coisa neste equipamento. Se já havia outros contactos com outras empresas, antes de sermos contactados, antes do executivo ser contactado por esta empresa. Poderia ter sido outra qualquer? Impõe-se aqui a pergunta.-----

Pelo que vi, é importante o projeto, vai trazer bastantes coisas boas. Quando é bem, temos que dizer que é bem. Sr. Presidente da Junta de Vila Chã, eu vou usar um bocadinho as palavras dessa bancada, às vezes, que é: “é para isso que cá estamos, é para isso, que o executivo está cá, é para fazer coisas boas para o nosso concelho, é para isso que fomos eleitos. Foi por causa disso que os nossos eleitores votaram em nós.” É para isso que nós cá estaremos para afirmar a nossa terra.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Prometo, ser sintético, até porque, muito já foi dito nesta área. E passando a campanha eleitoral, vamos àquilo que interessa, efetivamente. Por aquilo que eu tive a oportunidade de ver e aquilo que toda a gente constatou nesta sala, eu acho que não há aqui ninguém que seja contra o projeto em si. Aliás, isto vai-se refletir na votação. É isso que se procura, quando uma votação vem a esta Assembleia, uma proposta, e recebe unanimidade, por algum motivo é. Portanto, não vejo que alguém vá contra.-----

Portanto, Sr. Presidente, já nós tivemos oportunidade de ouvir os técnicos. Acho que ficaria bem nesta sessão que precedeu a Assembleia Municipal, nessa sessão em que estive aqui um empresário a



fazer uma apresentação, e os técnicos da empresa, que estivesse também alguém da UTAD, um parceiro indispensável neste projeto, neste processo. -----

Pelos vistos grande parte do desenvolvimento que esta empresa pretende, e que todos nós pretendemos, assenta nas instituições públicas de ensino. Falou-se da UTAD, falou-se de IPB, falou-se do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, penso eu. Falou-se da Universidade da Beira Interior também. Portanto, tantas universidades, a UTAD que está aqui a dois passos não tinha um técnico ou um diretor, porque isto é um projeto grande, para vir aqui dar também o seu cunho pessoal perante todos nós. Dar a cara e viabilizar o projeto. Não quero eu com isto, questionar o que é que quer que seja, porque a questão está vertida num documento que vai ser outorgado pelas três entidades. Não quero pôr nada em causa porque não é isso que eu estou aqui a fazer. -----

Mas ficaria bem também vermos a componente de ensino, porque efetivamente os técnicos focaram-se muito na vertente empresarial, a vertente da empresa. Quanto ao protocolo, é um protocolo normal como nestas situações se enquadram, em que têm obrigações e têm direitos, portanto, extremamente simples. A Câmara compromete aquilo que tem, que é o aeródromo, a empresa compromete aquilo que dispõe também neste momento que é a sua pretensão. Se efetivamente essas pretensões de todas as partes envolvidas forem à frente, ótimo, para todos os habitantes do concelho de Alijó.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista. -----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PSD): Cumprimenta os presentes.-----

Queria também agradecer ao Sr. Fernandes porque durante quinze minutos não me deixou dormir, sendo eu autarca, devido ao seu elevado tom de voz, não sei se estaria chateado com alguma coisa.---
Passando então ao que nos traz aqui, de verdade, queria felicitar realmente o executivo pelo grande trabalho que teve, por se ter proposto, e por ter dado pelo menos para já o primeiro passo que foi com a apresentação deste protocolo, neste segundo ponto.-----

Queria também chamar atenção que, realmente é muito importante, é a universidade e os politécnicos virem para o nosso concelho. Porque acho que a empresa Skyline é importante, mas aquilo que ela vai arrastar com ela, o ensino superior, será muito mais importante para o nosso concelho.-----


Queria dar os parabéns mais uma vez com favaíense, como alijoense estou orgulhoso por este protocolo aqui apresentado.-----

PRESIDENTE DE MESA: Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa informa que ponto é apenas para conhecimento.-----

Introduz o **PONTO 3 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 27/2022 REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU E 3.º GRAU.**-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Ora, se as Sras. e Srs. Deputados se lembram na última assembleia de 2021, quando se aprovaram os documentos previsionais para 2022, aprovou-se também um mapa de pessoal e a estrutura orgânica do Município. E logo aí se aprovou uma divisão, uma unidade de segundo grau, que a seu tempo seria provida. Também se aprovaram as unidades de terceiro grau, que também se disse que a seu tempo, à medida que o Município fosse necessitando, seriam postas a concurso. Pois bem, chegou a altura de solicitar a esta Assembleia Municipal autorização para abertura de procedimento para a divisão de novas tecnologias, informática se quiserem, e que nos faz



imensa falta. Temos que, digamos, separar aquilo que é informática do empreendedorismo, do turismo, que é aí que ela está neste momento e torná-la uma unidade importante, separada, dar-lhe a importância e o destaque que merece. -----

Portanto, pede-se autorização para abrir procedimento para promover esta divisão. E pede-se também autorização para abertura de procedimento para uma unidade de terceiro grau, que é uma unidade que funcionará na divisão de gestão organizacional para os recursos humanos. -----

Como sabem, vamos ver mais à frente uma alteração ao quadro de pessoal da Câmara Municipal, referente a sessenta funcionários que transitaram do quadro do Ministério da Educação para o quadro a Câmara Municipal, há, portanto, um acréscimo muito significativo de trabalho, há uma série de dossiês que é preciso preparar, que é preciso estudar, que é preciso carregar. -----

Portanto, na medida em que o volume de trabalho que já cresceu e vai crescer ainda mais, temos que ter em consideração que ainda há pessoal do quadro Ministério da Saúde que irá passar, a seu tempo, para o Município. E, portanto, faz todo o sentido que dotemos esta unidade de uma chefia e das competências necessárias para que tudo possa correr pelo melhor. Por isso, autorização para abrir concurso para uma divisão e para uma subdivisão, ou seja, para uma unidade de segundo grau e uma de terceiro grau.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito a seguinte deputa: Aurelina Pereira.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra a Sra. Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): A abertura dos procedimentos concursais aqui propostos, para provimento do cargo de chefe da direção intermédia de segundo grau, denominados chefes de divisão de novas tecnologias e de terceiro grau chefe de unidade de recursos humanos, formação profissional e arquivos está acautelada no mapa de pessoal aqui aprovado nesta Assembleia no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um.-----

No nosso dia-a-dia, como todos nós sabemos, cada vez mais utilizamos as novas tecnologias tanto para acedermos a informação como para interagir e comunicar. É também de extrema importância a forma como hoje realizamos o nosso trabalho diariamente, estamos completamente dependentes da ligação à Internet e do acesso às aplicações informáticas ligadas em rede. A Câmara municipal de Alijó não foge à regra, todos os documentos de receita, de despesa, a conta de gerência, o plano de atividades, o processamento de vencimentos entre outros, estão dependentes destas aplicações informáticas. -----

Com a descentralização de competências há necessidade de efetuar migrações dos dados dos funcionários pertencentes aos diversos Ministérios para a Câmara municipal, como aconteceu já com os funcionários do Ministério da Educação. É também necessário, manter a segurança das redes de computadores, guardar toda a informação no servidor, proteger os dados e proteger os dados dos cyberattacks, hoje tão em moda. Por isso, é urgente que a Câmara Municipal tenha no seu mapa de pessoal, pessoas especializadas nesta área.-----

Relativamente ao provimento do lugar para chefe de unidade de recursos humanos, formação profissional e arquivos e atendendo ao aumento do volume de trabalho quer, no que diz respeito ao processamento de vencimentos, férias, faltas entre outros assuntos bem como a responsabilidade na migração dos processos pessoais dos trabalhadores que ao abrigo da transferência de competências



passaram a ser funcionários da Câmara Municipal, faz todo sentido que a Câmara Municipal organize os serviços ocupando este lugar com pessoas com experiência, competência técnica e aptidão profissional.-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 3 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 27/2022 REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU E 3.º GRAU**, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

Introduz o **PONTO 4 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 28/2022 REFERENTE À 2.ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2022.**-----

Dá a palavra ao Sr.º Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Cá está aquilo a que me referi há bocadinho, a transição para o quadro pessoal da Câmara Municipal de sessenta funcionários pertencentes, até agora, ao quadro do Ministério da Educação. Esta alteração ao quadro pessoal visa tão-somente acomodar, digamos, esta transição e nada mais que isso. É uma obrigação legal, que de outra forma não poderíamos obviamente recebê-los no quadro pessoal. O quadro pessoal cresce na exata medida em que os funcionários do Ministério da Educação transitaram para o quadro da Câmara municipal.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito o seguinte deputo: Rui Lopes.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Isto acaba por ser uma questão formal. A assunção dos compromissos e a transferência destas competências foi-nos imposta, basicamente não tivemos outra escolha senão acomodar este mesmo pessoal. Tendo ou não o Município capacidade para efetuar esta mesma acomodação, teve que ser feito. -----

Isto mostra muito daquilo que são as liberdades, falamos de liberdade e ainda há pouco tempo celebramos o dia da liberdade e aqui está uma liberdade que nos foi imposta, que foi imposta aos Municípios. "Tomai lá competências". "Quereis as competências? Não, votamos contra, não queremos estas competências para já! Mas tomai lá, com liberdade, as competências.-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 4 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 28/2022 REFERENTE À 2.ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2022**, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

----- INTERVALO -----

PRESIDENTE DA MESA: Declara reaberta a sessão e introduz o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/458 APRESENTANDO A CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2021.**-----

É feita uma apresentação pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Luís Carvalho, que se anexa à presente ata. -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: De acordo com a legislação em vigor é da competência do Órgão Executivo, a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, que devem ser submetidos à apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo. -----



Os documentos de prestação de contas permitem visualizar a situação económica e financeira relativa ao exercício de 2021, demonstrando os níveis de execução conseguidos, bem como os resultados da utilização de meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pelo Município. -----

Pretende-se demonstrar de forma sucinta, a evolução da receita e despesa, ganhos e rendimentos, integrando-os com os resultados de anos anteriores, com uma narrativa coerente dos dados orçamentais e financeiros, relatando os eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras. -----

A análise desenvolvida neste Relatório de Gestão é sustentada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais. -----

O Relatório de Gestão de 2021 permite uma leitura fácil e proporciona uma análise comparativa dos anos anteriores, apresentando-se os anexos às demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais que compõem os documentos de prestação de contas e que procuram clarificar e melhorar a leitura da situação patrimonial e orçamental do Município de Alijó. -----

Além de toda a documentação de prestação de contas, foram ainda elaborados mapas de informação complementar, com informação detalhada, que se espera que contribuam para uma melhor análise e informação dos utilizadores da mesma. -----

A presente análise orçamental, procura mostrar de forma transparente a execução da receita e da despesa, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas. -----

Os valores referentes à execução orçamental do exercício económico de 2021 encontram-se resumidos no quadro que integra o relatório, verificando-se que: -----

A receita orçamental ascendeu a € 14 510 870,02 (catorze milhões quinhentos e dez mil oitocentos e setenta euros e dois cêntimos); -----

A despesa orçamental ascendeu a € 14 227 833,07 (catorze milhões duzentos e vinte e sete mil oitocentos e trinta e três euros e sete cêntimos); -----

O saldo da gerência anterior (2020), corresponde a um valor global de € 4 491 159,23 (quatro milhões quatrocentos e noventa e um mil cento e cinquenta e nove euros e vinte e três cêntimos); -----

Transitou para o ano económico seguinte (2022), um saldo de € 4 807 978,79 (quatro milhões oitocentos e sete mil novecentos e setenta e oito euros e setenta e nove cêntimos). -----

Porque todos os números serão explicados mais adiante, destaco apenas que o grau de execução da receita e da despesa, são sobretudo influenciados pela execução de obras financiadas, que devido a diversos atrasos, não foi efetuada a despesa e a consequente arrecadação de receita, bem como a arrecadação na rúbrica de passivos financeiros que acontecerá em anos seguintes. -----

Uma fatia considerável do orçamento municipal depende da apresentação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários o que exige um projeto de execução para cada candidatura, mais as respetivas especialidades, que, muitas vezes, são objeto de alterações de pormenor provocadas pela panóplia de pareceres externos que são exigidos. -----

Desde a apresentação de uma candidatura a fundos comunitários até à sua aprovação temos que calcorrear um longo caminho burocrático desajustado da realidade mas, porque os regulamentos assim o exigem, temos que cumprir as regras dos respetivos avisos de abertura ou ficamos à margem de qualquer financiamento. -----



Mas, porque somos resilientes, fazemos todos os dias das adversidades oportunidades, temos aproveitado ao máximo os programas nacionais e comunitários disponíveis, conseguindo mesmo elogios governamentais neste capítulo! -----

Se mais não fazemos é porque a penosa morosidade na obtenção de pareceres vinculativos das entidades externas à Câmara Municipal nos condiciona. -----

De igual modo, também somos condicionados na ação pela morosidade dos concursos públicos associada à submissão dos mesmos à fiscalização do Tribunal de Contas o que contribui para que os prazos tenham que ser revistos e alargados. -----

Por outro lado, quando os concursos ficam desertos, e isto tem vindo a acontecer com frequência porque somos menos atrativos para as empresas do que a faixa do litoral do país e as grandes e médias cidades, temos que rever os respetivos cadernos de encargos e repetir todo o processo concursal. -----

Também neste capítulo dos concursos públicos os territórios ditos de baixa densidade, como é o caso do Concelho de Alijó, estão em desvantagem em relação aos grandes municípios! -----

É mais um custo da interioridade a somar a tantos outros! -----

Destaco algumas medidas implementadas pela Câmara Municipal que tiveram impacto significativo no orçamento: -----

O ano de 2021 ficou marcado pelas consequências da dolorosa e prolongada pandemia o que exigiu que continuássemos a reforçar o apoio às competências próprias das freguesias e investíssemos fortemente na economia social. -----

Não obstante este enorme constrangimento continuámos a executar a nossa política de: -----

Introduzir medidas de alívio progressivo da carga fiscal para as famílias e empresas; -----

Promover um conjunto de iniciativas que estimulem a fixação da população no nosso Concelho; -----

Cuidar da promoção de saúde para todos e de um modo especial para os mais necessitados; -----

Fomentar a educação das nossas crianças e jovens adotando medidas potenciadoras do bom desempenho escolar; -----

Criar as condições necessárias à prática de desporto e à adoção de comportamentos saudáveis da nossa juventude; -----

Promover a inclusão e o desenvolvimento social em todas as vertentes mas com um foco muito forte na habitação social; -----

Apoiar e fomentar o desenvolvimento e a sustentabilidade das nossas Associações; -----

Criar as condições para que o serviço de emergência e proteção civil responda em tempo útil às necessidades das populações; -----

Apoiar o desenvolvimento da nossa agricultura, floresta e promover a valorização ambiental, a conservação da natureza e a biodiversidade; -----

Atuar no âmbito da promoção e valorização da cultura e do património; -----

Apoiar e fomentar o desenvolvimento turístico e a valorização territorial; -----

Reabilitar os espaços públicos, modernizar as infraestruturas urbanas e promover a mobilidade sustentável; -----

Captar investimentos para o nosso território e introduzir medidas de estímulo à recuperação económica pós pandemia; -----



E, não menos importante, fizemos tudo isto com contas certas, sem pagamentos em atraso, repito: sem pagamentos em atraso, respeitando o equilíbrio corrente, com fundos disponíveis e aumentando o património municipal. -----

Trabalhámos e vamos continuar a trabalhar para que o Concelho de Alijó seja um território próspero onde é possível trabalhar, viver e ser feliz! -----

É isto que me apraz dizer sobre este ponto. -----

Peço agora ao Dr. Luís Carvalho que faça aqui uma explicitação dos documentos, como ele tão bem sabe fazer, e ficarei ao vosso dispor para qualquer dúvida ou esclarecimento que necessitem. -----

Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Carlos Monteiro, Cláudio Vilela e Aurelina Pereira. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Monteiro. -----

DEPUTADO CARLOS MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes.-----

Olhando para a conta de gerência penso que qualquer que seja a perspetiva de análise a única palavra que me surge é parabéns. Parabéns ao Sr. Presidente ao seu executivo, pela execução orçamental. Podemos verificar a trajetória de redução consistente do endividamento. Portanto, passamos de 11,4 milhões de 2021, para 10,1 em 2022. -----

O mapa de empréstimos de médio e longo prazo, dos quinze empréstimos que lá constam, sete acabam para o ano, e o mais recente é de 2017, aquando da consolidação das dívidas herdadas. Em termos de execução da despesa ficou nos 77 e a receita em 85, mostrando assim o equilíbrio orçamental e o acerto de contas tanto no plano como orçamento. -----

E como já referiu, só não foi maior devido aos concursos desertos e ao atraso nas obras e em termos absolutos foi o maior. Isto, apesar de decisões em tribunal contrárias ao Município, que são pesadas heranças do passado que afetaram as contas do Município. -----

Também há a realçar a ausência de pagamentos em atraso, já não é preciso lembrar o que acontecia não há muitos anos atrás. Quem já fez o IRS provavelmente já reparou que tem uma linha que se intitula "benefício municipal" onde a percentagem do IRS é devolvido aos munícipes. Por outro lado familiar permitiu aliviar um pouco este imposto às famílias mais numerosas. Como vimos na exposição do Dr.º Luís, houve uma menor arrecadação dos impostos que o Município cobra. E, portanto, o alívio da carga fiscal é uma realidade pelo menos no que diz respeito ao Município. Tudo isto, sem descurar um forte investimento de 5,3 milhões no ano. -----

A própria Secretária de Estado, quando inaugurou a Casa dos Noura, felicitou o Município pela capacidade de captar fundos comunitários e a sua capacidade de os executar. Por outro lado, tem aumentado progressivamente tanto os apoios ao setor social como os apoios às Juntas de Freguesia. Nem o contexto eleitoral fez mudar o rumo da consolidação orçamental, só é pena que o nosso governo central não saiba o que é reduzir a dívida desta forma, com distinto.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Breves notas acerca da prestação de contas de 2021. Antes de mais dizer que o documento de prestação de contas de 2021 reflete toda a atividade da Câmara Municipal ao longo do ano transato. Portanto, reflete tudo aquilo que se passou no nosso Município, está aqui consignado o trabalho desenvolvido e tudo aquilo que se fez e que se apurou. -----



Efetivamente, o Dr. Luís fez uma apresentação técnica do documento a que nós já estamos habituados, mas a nós compete-nos, sobretudo, fazer uma análise política do mesmo. E compete-nos também refletir sobre a forma como as coisas são feitas, como as coisas foram executadas. Não querendo discordar, que não é isso que está em causa, há formas de atingir o mesmo objetivo, há formas diferentes. Isso, está logo na génese dos nossos partidos, é verdade, isso existe. No fundo não há muito a dizer sobre o documento. -----

No entanto, queria deixar aqui uma nota a título de exemplo, é a minha opinião, é a opinião também do meu partido e acima de tudo uma questão de justiça. E falo concretamente das transferências para as Juntas de Freguesia. Quem já é deputado desde o mandato passado, se calhar já me ouviu dizer isto algumas vezes, é verdade, não vou apresentar nada de novo, como se costuma dizer. Mas, mau é que isto venha constantemente a ser falado. E falo concretamente das transferências para as Juntas de Freguesia. -----

Do meu ponto de vista, há discrepâncias graves nas transferências para as Juntas de Freguesia, e vou concretizar. Há Freguesias maiores que recebem menos do que Freguesias mais pequenas. É isso que se passa Sras. e Srs. Deputados. Tem nos documentos um mapa com quanto recebe cada uma das freguesias, em termos de transferências correntes e transferências de capital. E verão essas discrepâncias de que eu falo. A título de exemplo, poderia dar outros, a sede do concelho que acho que não há dúvida para ninguém que é a maior freguesia do concelho de Alijó, recebe menos valor do que do que algumas freguesias mais pequenas. Tudo isto, do meu ponto de vista, não está bem. A fórmula de cálculo para as transferências não está correta, continuo a dizer isto já há muito tempo. Eu sei que deriva da reorganização administrativa, mas o executivo não precisa de seguir essa fórmula de cálculo. Vamos analisar, vamos analisar o tamanho das freguesias, vamos analisar a densidade populacional, a área, o número de habitantes e vamos transferir de acordo com aquilo que existe na realidade no terreno, de acordo com a proporcionalidade da freguesia. Vimos que, efetivamente, nalgumas freguesias é difícil conseguir atingir objetivos. -----

E pronto é isto Sras. e Srs. Deputados, é um pequeno ponto, pode ser uma minudência no orçamento municipal. -----

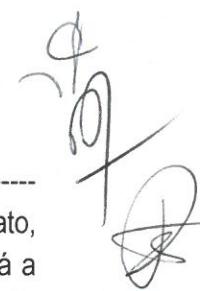
De facto, como o colega que me antecedeu disse, a Sra. Secretária de Estado deu os parabéns ao executivo por arrecadar tanto receita é verdade, agora não compreendo como é que se pode vir aqui dizer que o governo ou a União Europeia não transfere dinheiro.-----

Portanto, aquilo que se passa é verdade, tem vindo muita receita para Alijó, e infelizmente pena é que o nosso interior dependa tanto de fundos externos. É isso, e aí acho que estamos todos de acordo, acho que estamos de acordo. Mas, fica aqui esta pequena nota relativamente ao orçamento municipal, espero eu que venha ser corrigido no futuro, que essas transferências para as Freguesias sejam alteradas de forma haver mais justiça, mais equidade nas mesmas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra a Sr. Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Obrigada Dr.º Luís pela apresentação que fez das contas. -----

Prestar contas constitui uma obrigação da Câmara Municipal e ao mesmo tempo um direito dos cidadãos. Toda atividade municipal está obrigatoriamente sujeita a escrutínio, sendo a conta de gerência o documento que por excelência espelha o trabalho autárquico no período a que diz respeito,



cabendo à Assembleia Municipal a sua fiscalização. -----

Neste documento verificamos a trajetória consistente, iniciada já em 2013 e continuada neste mandato, onde o rigor e a transparência se refletem. Verificámos igualmente o grande investimento que está a ser feito no concelho de Alijó, investimento reconhecido pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional, aquando da inauguração da Casa dos Noura, que fez questão de salientar os 10 milhões de euros do quadro comunitário que estão à disposição do Município. -----

Por outro lado, apesar de todo o investimento feito, o Município de Alijó continua a amortizar dívida, a investir na área social, no turismo, no apoio às Juntas de Freguesia, nas Associações sejam, elas de cariz cultural, desportivo, social, religioso ou humanitário. -----

Também, não se verificam a data pagamentos em atraso, ao contrário do ano de 2021. Nesta prestação de contas, verificamos que as taxas de execução orçamental não foram as desejadas. Tudo devido à pandemia, pois tem-se verificado que muitos concursos públicos ficam desertos. Acabamos de saber que o Café da Paz ficou também deserto. Verifica-se também um atraso na execução de empreitadas já adjudicadas por falta de mão-de-obra e de matéria-prima. -----

Contas equilibradas, cumpre-se o equilíbrio corrente e a dívida total diminui a cada ano. Estes resultados só se obtêm com muito trabalho, dedicação, zelo e muita transparência.-----

PREIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Vou começar pela intervenção do Sr. Deputado Cláudio Vilela. E tem alguma pertinência, a questão que coloca relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia. Mas, não fomos nós que fizemos a reorganização administrativa das freguesias em 2012. Bem ou mal, ela operou-se, nem tudo foi pacífico como sabem, ainda hoje não é, aliás hoje já se fala no processo inverso. -----

Mas o que certo é que a Câmara tem que ter uma referência, um termo de comparação. Esse é o FEF, são as transferências do orçamento de Estado diretas para as Freguesias, é esse o nosso termo de comparação e o nosso termo de referência. E é com base nessas transferências que depois se opera o cálculo do Município em matéria de transferências para as Juntas de Freguesia. De facto, as Uniões de Freguesia como sabe, têm FEF bastante mais significativos que uma Freguesia que não seja União, mas que eventualmente até pode ter maior área territorial, maior densidade populacional. -----

Mas Deus que foi Deus, como sabe, não agradou a todos. Nós tínhamos que ter uma fórmula, esta fórmula é do conhecimento dos Srs. Presidentes de Junta há muito tempo, aliás tem vindo a ser usada desde o início e nunca foi por nós alterada. Tem vindo sim a subir o nível de apoio como sabe. Aliás, em transferências de capital e correntes, julgo que totalizam cerca de um milhão de euros, capital e correntes. Portanto, eles têm vindo sempre a subir e é isso que queremos de facto, é esse o caminho que queremos manter. -----

Consolidar esse crescimento de forma progressiva, obviamente sem comprometer as contas municipais e o investimento municipal. Porque sabemos que um euro transferido para uma Junta de Freguesia é um euro bem aplicado, por força da sua proximidade às populações, aos problemas das populações. E queremos manter esse caminho, enquanto cá estivermos, o mesmo se aplica às nossas associações, designadamente às associações de cariz social. Lamento apenas que ainda não tenhamos recebido o que nos é devido em matéria de investimento feito no combate à pandemia, porque se o tivéssemos recebido já estaria transferido para às IPSS, como foi assumido por nós.-----



Disse aqui uma coisa engraçada, de facto independentemente do pensamento político há várias formas, há formas diferentes de atingir o mesmo objetivo, é verdade. Mas o nosso pensamento já sabe qual é, procuramos não ligar muito à cor partidária, procuramos essencialmente seguir o compromisso que assumimos no início de cada mandato autárquico. E é exatamente esse, o caminho que queremos prosseguir, os Srs. já me conhecem, conhecem o Executivo que me acompanha e pugnamo sempre pela palavra que demos lá atrás, e comprometemo-nos designadamente com as Juntas de Freguesia e com o nosso tecido social e associativo. Portanto, será esse o caminho a seguir. -----

Também é verdade que há Juntas de Freguesia que têm passivos muito significativos e isso condiciona muito a sua gestão e gostaríamos muito que assim não fosse. Mas também é verdade que todos nós estamos a mostrar aqui alguma solidariedade para com os colegas. Eu gostaria muito de discriminar positivamente em matéria de transferências as Juntas que se vêem digamos, a braços com pesadas dívidas, mas correria sempre o risco de ser mal interpretado e de ser injusto para quem pugnou sempre por uma gestão rigorosa e que não tem dívidas. Percebo a sua forma de pensar, mas nós havemos de seguir o nosso trajeto, aliás que tem sido reconhecido, como todos sabem.-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/458 APRESENTANDO A CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2021**, tendo sido aprovado por maioria, com 4 (quatro) abstenção e 27 (vinte e sete) votos a favor, sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (26); Bancada do PS (1). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (4) – Alípio Almeida Alves, João Carlos Cruz, Cláudio Miguel da Cruz Vilela e António Joaquim Fernandes. -----

Introduz o **PONTO 6 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/458 APRESENTANDO O RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DE 2021.**-----


É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito o seguinte deputado: Rui Lopes.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes.-----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD CDS-PP): Esta auditoria demonstra que somos um Município de contas certas, que fazemos as coisas direitas, que não andamos a brincar aos “orçamentozimos”. ----- Mas ouço a bancada do PS continuamente a dizer que o governo central que dá muito dinheiro a este Município, que há muitas transferências, que há transferências de muito dinheiro. Mas, muitas das transferências são fruto de candidaturas bem-feitas, bem-feitas a fundos comunitários, porque se não forem bem-feitas não são aceites e o dinheirinho não vem. -----

Pergunto ao executivo e pergunto ao Sr. Presidente de Câmara se se concretizou de facto o corte nas transferências do governo central, proveniente do orçamento de Estado para as Autarquias Locais. Se se concretizou o tal corte que se falava em 700 mil euros de transferências provenientes do orçamento para o nosso Município. Se realmente se concretizou. Se não se concretizou fico contente, se se concretizou lá foram mais 700 mil a menos.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Relativamente ao **PONTO 6 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/458 APRESENTANDO O RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DE 2021**, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento.-----



Introduz o **PONTO 7 - PRESENTE INFORMAÇÃO OSU/2022/432 REFERENTE AO PEDIDO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA RUA DE SANTO ANDRÉ, NA LOCALIDADE DE PÓVOA, APRESENTADO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASTEDO E COTAS.**-----

É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: António Fernandes, Cláudio Vilela e Rui Lopes.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Estes documentos, normalmente costumam acompanhar o processo, um parecer da Junta de Freguesia. E neste caso estive a ver e a menos que eu tivesse visto mal, não está lá nenhum parecer do executivo da Junta de Freguesia. Ora, noutras situações estou-me a lembrar por exemplo de Cheires, quando foi para ceder a escola, era eu Vereador nessa altura, o processo baixou à Junta de Freguesia para dar o seu parecer. Eu entendo que toda esta Assembleia se sentiria mais confortável se realmente à nascença do pedido e do projeto, este tivesse seguido o seu percurso normal. Assim sendo, ou no caso de aprovar agora este pedido, estamos a abrir uma exceção e continuamos a passar por cima da vontade, portanto, de quem representa as suas populações.-----

É isto que se me oferece dizer e é nessa parte que eu discordo e recomendo que baixasse à Junta de Freguesia e que viesse com o parecer, com até o projeto de implantação e essas coisas assim.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Se bem me lembro, penso que já foi há duas sessões da Assembleia Municipal que levantei este problema. Tem a ver com uma marcação que foi feita inicialmente de umas linhas, na Póvoa, de uma proibição de estacionamento. No fundo uma competência própria da Assembleia Municipal sem nunca ter vindo a Assembleia Municipal. -----

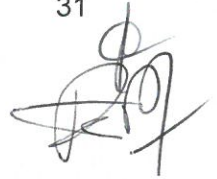
Como o meu colega disse e muito bem, antes de mim, isto fez o percurso inverso. Começou-se pela marcação e depois vem-se pedir autorização. Não é assim que as coisas funcionam, as coisas têm que seguir os seus trâmites e eu acho que naquela altura foi uma falta de respeito para toda a Assembleia Municipal e acima de tudo para todos os munícipes que nós representamos. -----

Como já disse, isto é uma competência própria da Assembleia Municipal, não custava nada desde o início, se havia a necessidade, formular o pedido e até podia ser mais vinculado, como o meu colega também disse, através de um parecer da Assembleia de Freguesia que é isso que acontece a maioria das vezes. Já me lembro de votar aqui montes deles e poucas vezes interviemos para fazer alguma explicação, votou-se direto, eu acho que nunca houve tanta informação acerca disso. -----

As Assembleias de Freguesia dão também o seu parecer, significa isto que o pedido vem instruído e vem mais vinculado, é mais fácil a sua aprovação. Portanto, volto a referir isto começou mal desde o início. Houve uma pergunta que eu coloquei ao Sr. Presidente na última Assembleia, o que é que ia fazer perante esta ilegalidade, o Sr. Presidente disse que iam mandar retirar. Efetivamente mandou retirar, as linhas foram retiradas no dia anterior à sua votação na reunião de Câmara, efetivamente aí foi corrigido. -----

Portanto, agora vem aqui um pedido, que acho que devia ser um pedido que devia ter o tal poder vinculativo da Assembleia de Freguesia, não carece, a lei não obriga, mas ficava bem neste ponto, era só.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----



DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD CDS-PP): Se eu não estou enganado, diz que não houve neste pedido, nesta correção um pedido do Presidente da Junta. Eu estou a ler aqui, consigo ler, que está aqui, vem a União de Freguesias de Castedo e Cotas pedir que ponham a linha na rua de Santo André. Mas eu tenho de louvar a coragem que muitos candidatos e muitos Presidentes de Junta deste concelho, e de outros, de se candidatarem para fazer bem pelas suas comunidades, pelas suas Freguesias e pelos seus fregueses. Porque até parece que agora nós temos que tirar uma licenciatura em direito administrativo para conseguirmos governar as nossas Freguesias. -----

Eu olho para este tipo de críticas como um assunto, que não é assunto. Porque isto de facto tem que subir ou descer ou como quiserem, à Assembleia Municipal que tem competência própria, isto resolve-se com o regulamento, já não é preciso vir à Assembleia chatearmo-nos com isto.-----

Mas às vezes os Presidentes de Juntas sem intenção de se sobreporem aos outros Órgãos, tentam resolver os problemas dos seus fregueses, e isto não foi um crime que lese a pátria. -----

Isto foi assim uma coisa tão grave que tínhamos que andar continuamente a dizer e a falar, e a pisar o "desgraçado" entre aspas que não é desgraçado nenhum, que é um grande Presidente de Junta por quem tenho grande consideração, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Castedo e Cotas. Isto é um assunto que não tem sentido nenhum, é um não assunto.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Eu só diria duas palavras muito breves, porque não quero que fique a ideia de que se está a criar um precedente como diz o Sr. Deputado António Fernandes. Não se está a criar precedente absolutamente nenhum, aliás, duvido que em situações anteriores, os executivos das Freguesias tenham levado o assunto as Assembleias de Freguesias. -----

Aliás, conheço casos em concretos em que assim não foi, até porque quando a Câmara pede parecer à Freguesia passado dois dias já temos o parecer da Junta. Portanto, era impossível reunir as Assembleias. Não há nenhum precedente, aliás, há efetivamente um pedido do executivo da Freguesia ao Município para desenvolver o processo.-----

Agora Sr. Deputado Cláudio, desculpe virar-me para si novamente, mas respondia-lhe com uma questão. Acha que aquele estacionamento em frente ao "Bacalhau" junto aos plátanos que foi criado no final do mandato anterior, mesmo uns dias antes das eleições, acha que veio à Assembleia Municipal? E está lá, olhe a mim, não me pesa nas costas, não me chateia, desde que não chateie os sanfinenses. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 7 - PRESENTE INFORMAÇÃO OSU/2022/432 REFERENTE AO PEDIDO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA RUA DE SANTO ANDRÉ, NA LOCALIDADE DE PÓVOA, APRESENTADO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASTEDO E COTAS**, sido aprovado por maioria, com 4 (quatro) abstenção e 27 (vinte e sete) votos a favor, sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (26); Bancada do PS (1). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (4) – Alípio Almeida Alves, João Carlos Cruz, Cláudio Miguel da Cruz Vilela e António Joaquim Fernandes. -----

Introduz o **PONTO 8 - PRESENTE COMUNICAÇÃO DA CPCJ DE ALIJÓ SOLICITANDO A SUBSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ART.º 17.º DA LEI N.º 142/2015, DE 08/09.**-----

Relativamente a este ponto tenho aqui uma comunicação da CPCJ que em síntese diz que há um elemento da anterior equipa, digamos assim, cujo mandato só termina em outubro, portanto, os outros expiraram já o prazo, que é o caso do José Toni Afonso, Maria Fernanda Monteiro Ferreira e Rui Morais Lopes. -----

Portanto, vamos apenas eleger três elementos para a comissão de proteção de jovens. Assim sendo, peço ao representante dos grupos parlamentares que indiquem esses três nomes.-----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): A Bancada da coligação “Afirmar a Nossa Terra” indica os nomes: José Toni Carneiro Afonso, Maria de Lurdes Borges Barbosa Nunes e Cármen Ribeiro Pinto.-----

PRESIDENTE DA MESA: Está será considerada a Lista A.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): O partido socialista vai apresentar os seguintes nomes: Estela Maria de Jesus Teixeira, Cláudio Miguel da Cruz Vilela e Alípio de Almeida Alves.-----

PRESIDENTE DA MESA: Será considerada a Lista B.-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação por escrutínio secreto o **PONTO 8 - PRESENTE COMUNICAÇÃO DA CPCJ DE ALIJÓ SOLICITANDO A SUBSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ART.º 17.º DA LEI N.º 142/2015, DE 08/09**, aprovada, por maioria, a Lista A, apresentada pela coligação “Afirmar a Nossa Terra”, composta por José Toni Carneiro Afonso, Maria de Lurdes Borges Barbosa Nunes e Cármen Ribeiro Pinto, com 25 votos a favor, através de eleição por escrutínio secreto.-----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta ao público se alguém quer intervir.-----

Vou ler a ata em minuta, e colocar à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Lida a ata em minuta e aprovada por unanimidade, o Sr. Presidente da Mesa deu por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão ordinária de 29 de abril de 2022. -----

----- APROVAÇÃO DA ATA -----

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 30/09/2022, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa.

A MESA



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

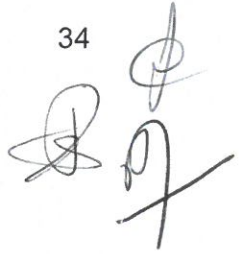
SNC-AP

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SNC-AP

- Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Orçamentais
- Outros Documentos

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

- Pela segunda vez, foi aplicado o novo normativo, tendo entrado em vigor em 1 de janeiro de 2020.
- A prestação de contas no novo normativo, para além do cumprimento legal dá particular importância ao reporte de informação, que seja útil, e oportuna para os utilizadores da mesma.

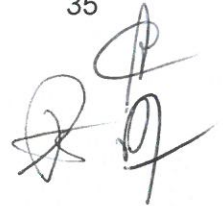
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Organização do Município:

Assembleia Municipal
Câmara Municipal
Recursos Humanos

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

BLC

DR

DAPL

DFC

ANEXO

caracterização da entidade

organograma

custo com empréstimos

imparidades

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

Rubricas		
	2021	2020
ATIVO		
Ativo não corrente	54 560 714,85 €	54 284 115,45 €
Ativos fixos tangíveis	53 778 300,64 €	53 610 896,54 €
Ativos intangíveis	119 475,80 €	60 242,83 €
Participações financeiras	598 925,50 €	598 925,50 €
Clientes, contribuintes e utentes	57 878,91 €	7 038,98 €
Outros ativos financeiros	6 134,00 €	7 011,60 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

Rubricas	2021	2020
Ativo corrente	6 835 354,55€	6 370 175,29 €
Inventários	167 708,35 €	187 140,53 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	377 167,08 €	183 407,31 €
Clientes, contribuintes e utentes	215 397,76 €	250 481,27 €
Estado e outros entes públicos	104 182,37 €	88 809,30 €
Outras contas a receber	1 151 989,21 €	1 158 532,70 €
Diferimentos	10 930,99 €	10 644,95 €
Caixa e depósitos	4 807 978,79 €	4 491 159,23 €

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

Total Ativo 61 396 069,40 €

- No ano transato: 60 654 290,74 €

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
	2021	2020
Património/Capital	11 699 723,3 €	11 699 723,39 €
Reservas	1 793 753,04 €	1 793 753,04 €
Resultados transitados	19 547 977,81 €	20 865 018,52 €
Outras variações no património líquido	12 315 609,05 €	9 086 430,73 €
Resultado líquido do período	1 362 822,64 €	1 343 521,59 €
Total Património Líquido	46 719 885,93 €	44 788 447,27 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

Total Património Líquido 46 719 885,93 €

- No ano transato: 44 788 447,27€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

PASSIVO	2021	2020
Passivo não corrente	11 516 202,32 €	12 845 476,08 €
Provisões	2 479 701,31 €	2 559 867,84 €
Financiamentos obtidos	8 719 781,01 €	9 404 954,64 €
Fornecedores de investimentos	316 720,00 €	697 246,29 €
Diferimentos	0,00 €	183 407,31 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

PASSIVO	2021	2020
Passivo corrente	3 159 981,15 €	3 020 367,39 €
Credores por transferências	6 190,80 €	1 500,00 €
Fornecedores	123 300,17 €	167 923,25 €
Estado e outros entes públicos	42 118,94€	40 988,15 €
Financiamentos obtidos	685 168,09 €	795 439,99 €
Fornecedores de investimentos	19 221,69 €	88 217,74 €
Outras contas a pagar	1 896 009,23 €	1 915 635,44 €
Diferimentos	387 972,23 €	10 662,82 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

Total Passivo 14 676 183,47€

• No ano transato: 15 865 843,47€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Balanço

(milhares de euros)

RUBRICAS	2021	2020	Varição %
Total do Ativo	61 396,07	60 654,29	1,22%
Total do Passivo	14 676,18	15 865,84	-7,50%
Total do Patrimônio Líquido	46 719,89	44 788,45	4,31%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Demonstração de Resultados

Rubricas	Datas	
	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	1 737 225,53 €	1 729 919,03 €
Vendas	408 635,62 €	406 628,72 €
Prestações de serviços e concessões	1 217 675,88 €	1 184 898,40 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 573 570,75 €	7 082 565,81 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-595 677,45 €	-596 268,16 €

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Demonstração de Resultados

Rubricas	Datas	
	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos	-2 561 733,10 €	-2 678 202,28 €
Gastos com pessoal	-3 421 339,67 €	-3 318 135,94 €
Transferências e subsídios concedidos	-1 176 808,04 €	-1 088 215,01 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-9 818,08 €	6 593,59 €
Provisões (aumentos/reduções)	80 166,53 €	-341 853,47 €
Outros rendimentos	429 898,06 €	601 043,98 €
Outros gastos	-228 500,63 €	-48 362,74 €



Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Demonstração de Resultados

Rubricas	2021	2020
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 452 417,50 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 958 227,07 €	-1 510 976,56 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 494 190,43 €	1 429 635,37 €
Juros e rendimentos similares obtidos	5 451,09 €	14 650,77 €
Juros e gastos similares suportados	-136 818,88 €	-100 764,55 €
Resultado antes de impostos	1 362 822,64 €	1 343 521,59 €



Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – Demonstração de Resultados

Resultado líquido do período 1 362 822,64 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise Financeira – RESULTADO LÍQUIDO

- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Resultado Líquido do Período: 1 362 822,64 €

Transferência para a conta de Resultados Transitados, o montante do Resultado Líquido do Período.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS:

DDORC
DOREC
DODES
DEPPI
: ALTERAÇÕES; OT; CA; TR_R_D


DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

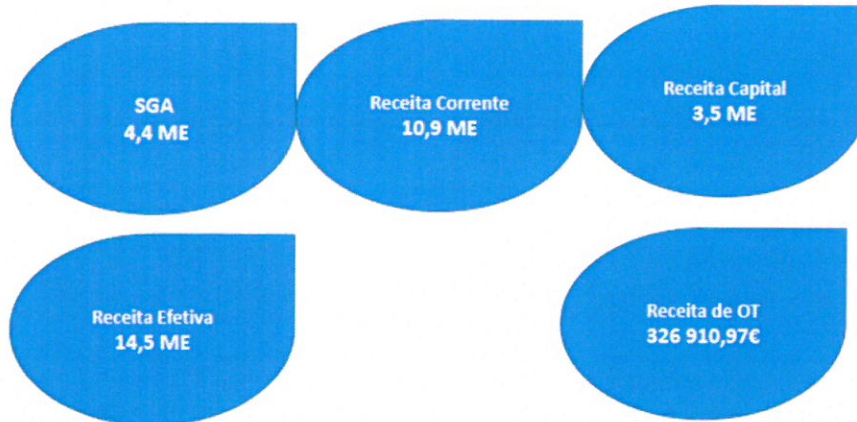
DESCRIÇÃO	OO	ONO	TOTAL
SGA	3 465 213,62 €	1 025 945,61 €	4 491 159,23 €
Receitas	14 510 870,02 €	326 910,17 €	14 837 780,19 €
Despesas	14 227 833,07 €	293 127,56 €	14 520 960,63 €
SGS	3 748 250,57 €	1 059 728,22 €	4 807 978,79 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

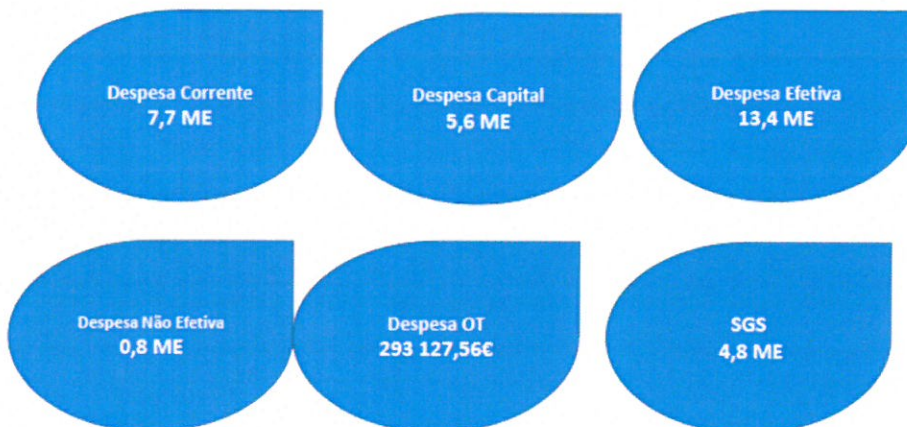
Análise da Execução Orçamental



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

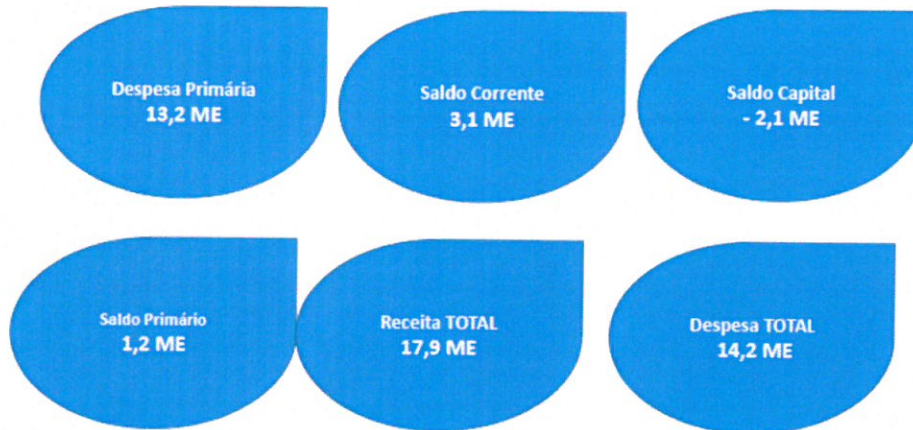


DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

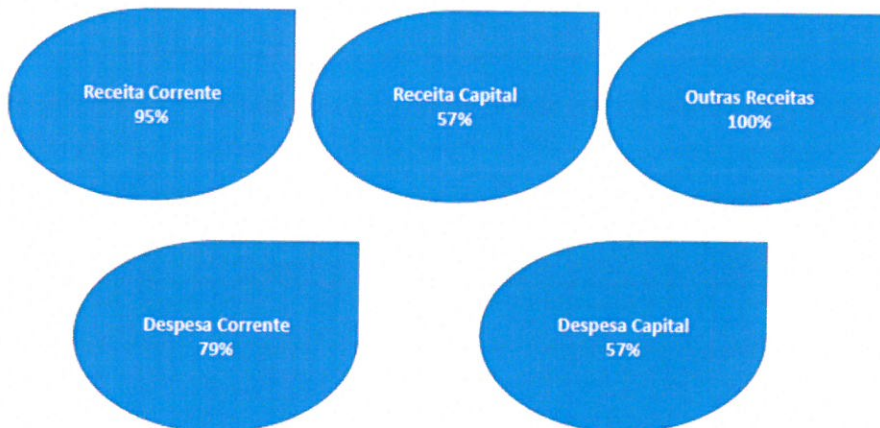
Análise da Execução Orçamental



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – Graus de Execução

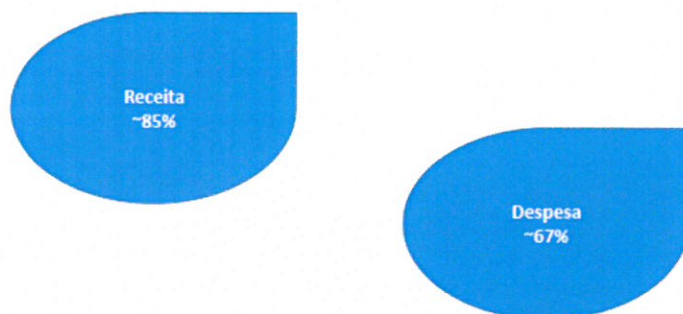


DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – Graus de Execução



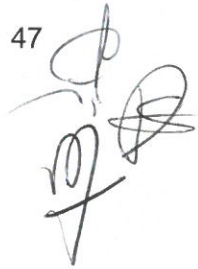
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – RECEITA

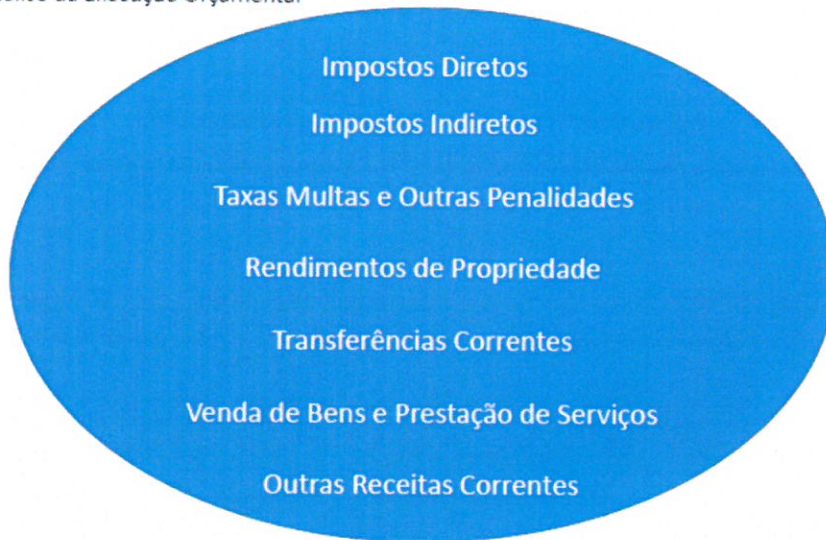
RECEITA COBRADA	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Receita Corrente	10 069 426,23 €	9 986 044,53 €	10 564 865,70 €	10 942 615,10 €
Receita de Capital	667 640,00 €	1 498 206,99 €	2 169 017,13 €	3 553 336,41 €
*TOTAL (não inclui RNAP)	10 737 066,23 €	11 484 251,52 €	12 733 882,83 €	14 495 951,51 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental





Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Impostos Diretos

2018: 1,55 ME

2019: 1,70 ME

2020: 1,65 ME

2021: 1,57 ME

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

IMI

2018: 990 000€

2019: 980 000€

2020: 981 000€

2021: 864 000€



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

DERRAMA

2018: 127 000€

2019: 188 000€

2020: 174 000€

2021: 101 000€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Transferências Correntes

2018: 6,71 ME

2019: 6,50 ME

2020: 7,08 ME

2021: 7,54 ME



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

FEF_{cr}

2018: 5 983 466,00€

2019: 5 909 486,00€

2020: 6 270 686,00€

2021: 6 758 295,00€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

FSM

2018: 258 276,00€

2019: 258 276,00€

2020: 258 276,00€

2021: 258 276,00€



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

IRS

2018: 204 643,00€

2019: 197 955,00€

2020: 204 066,00€

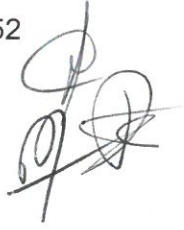
2021: 234 403,00€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

OUTROS

DGEST; Fundos Comunitários;
IEFP; Seg. Social; MAI; GTF;



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Outros

2018: 271 065,00€

2019: 123 603,00€

2020: 261 473,00€

2021: 210 935,00€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Venda de Bens
(água)



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Venda de Bens

2018: 445 288,00€

2019: 423 053,00€

2020: 429 404,00€

2021: 422 915,00€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Serviços
(específicos das autarquias
locais)



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Serviços

2018: 585 030,00€

2019: 574 555,00€

2020: 546 548,00€

2021: 563 941,32€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Rendas

(conj. Habitacionais; outros)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Rendas

2018: 162 320,06€

2019: 168 178,00 €

2020: 146 225,00€

2021: 151 100,11€

Conta de Gerência 2021


Análise da Execução Orçamental

Venda de Bens de Investimento

Transferências de Capital

Passivos Financeiros

Outras Receitas de Capital



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Transferências de Capital

2018: 0,6 ME

2019: 1,49 ME

2020: 2,16 ME

2021: 3,51 ME

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

FEF_{cp}

2018: 664 830,00€

2019: 656 609,00€

2020: 696 743,00€

2021: 750 922,00€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Art. 35,º Lei 73/2013

2018: 0,00€

2019: 501 493,00€

2020: 673 415,00€

2021: 772 129,00€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Fundos Comunitários/Outros

2018: 0,00€

2019: 262 983,00€

2020: 798 859,00€

2021: 2 002 539,91€



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – RECEITA

RECEITA COBRADA	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Receita Corrente	10 069 426,23 €	9 986 044,53 €	10 564 865,70 €	10 942 615,10 €
Receita de Capital	667 640,00 €	1 498 206,99 €	2 169 017,13 €	3 553 336,41 €
*TOTAL (não inclui RNAP)	10 737 066,23 €	11 484 251,52 €	12 733 882,83 €	14 495 951,51 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – RECEITA

Receita Cobrada	Ano 2021	%
Receitas Correntes	10 942 615,10 €	100,00%
Impostos Diretos	1 577 409,02	14,42%
Impostos Indiretos	0,00	0,00%
Taxas, Multas e O. Penalidades	100 384,40	0,92%
Rendimentos de Propriedade	478 192,99	4,37%
Transferências Correntes	7 562 539,61	69,11%
Vendas Bens e Serviços Correntes	1 137 957,41	10,40%
Outras Receitas Correntes	86 131,67	0,79%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – RECEITA

Receitas de Capital	3 538 336,41 €	100,00%
Venda de Bens de Investimento	27 745,50	0,78%
Transferências de Capital	3 510 590,91	99,22%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – RECEITA

Rácios de Estrutura Financeira				
Descrição	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
	%	%	%	%
Receitas Próprias/Receita Total	31	30	27%	23%
Impostos Diretos/Receita Total	14	15	13%	11%
Transferências/Receita Total	69	70	73%	76%
Venda de Bens/Receita Total	11	10	9%	8%
Passivos Financeiros/Receita Total	0	0	0%	0%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

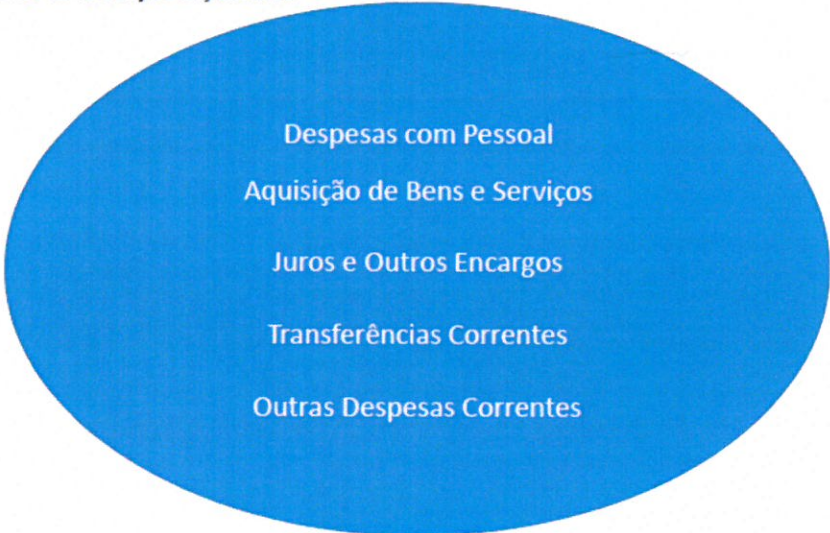
Análise da Execução Orçamental – DESPESA

DESPESA PAGA	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Despesa Corrente	7 731 383,27 €	8 060 803,81 €	7 388 823,32 €	7 756 622,50 €
Despesa de Capital	3 055 831,31 €	3 520 826,80 €	4 954 682,14 €	6 471 210,57 €
TOTAL	10 787 214,58 €	11 581 630,61 €	12 343 505,46 €	14 227 833,07 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental



- Despesas com Pessoal
- Aquisição de Bens e Serviços
- Juros e Outros Encargos
- Transferências Correntes
- Outras Despesas Correntes



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Despesas Com Pessoal

2018: 2,88 ME

2019: 3,34 ME

2020: 3,32 ME

2021: 3,40 ME

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Aquisição de Bens

2018: 958 438,00€

2019: 1 067 421,00€

2020: 990 670,00€

2021: 905 989,00€



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Aquisição de Serviços

2018: 2,78 ME

2019: 2,66 ME

2020: 2,08 ME

2021: 2,30 ME

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Juros e Outros Enc.

2018: 160 971,00€

2019: 228 890,00€

2020: 188 957,00€

2021: 174 080,00€



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Transferências Correntes

2018: 752 786,00€

2019: 551 719,00€

2020: 687 890,00€

2021: 797 065,00€

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Aquisição de Bens de Capital

Transferências de Capital

Ativos Financeiros

Passivos Financeiros



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Aquisição de Bens de Capital/ PPI

2018: 1,81 ME

2019: 2,18 ME

2020: 3,75 ME

2021: 5,33 ME

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Transferências de Capital

2018: 276 700,00€

2019: 380 311,00€

2020: 399 643,00€

2021: 329 874,00€



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

**Ativos Financeiros
(FAM)
Em 2021: 9 969,86€**

**Total do Capital Subscrito
358 915,50€**

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

Passivos Financeiros

2018: 908 835,00€

2019: 914 250,00€

2020: 789 716,00€

2021: 795 445,00€



Conta de Gerência 2021

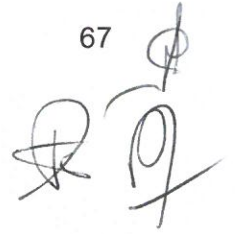
Despesa Paga	Ano 2021	%
Despesas Correntes	7 756 622,50 €	100,00%
Despesas com pessoal	3 400 893,12	43,85%
Aquisição de Bens e Serviços	3 215 266,89	41,45%
Juros e Outros Encargos	174 080,45	2,24%
Transferências e subsídios Correntes	797 065,39	10,28%
Outras Despesas Correntes	169 316,65	2,18%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Despesas de Capital	6 471 210,57 €	100,00%
Aquisição de Bens de Capital	5 335 921,01	82,46%
Transferências e subsídios de Capital	329 874,17	5,10%
Ativos Financeiros	9 969,86 €	0,15%
Passivos Financeiros	795 445,53	12,29%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – PPI

EXECUÇÃO PPI 53,12% (em 2020 64%)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental

EQUILIBRIO CORRENTE

Receita Cobrada Bruta: 10 962 840,63€
Despesa Corrente: 7 756 622,50€
Amortizações Médias: 840 220,00€

Saldo Corrente
+3,2 ME

Margem Disponível
2 365 998,13€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

Análise da Execução Orçamental – ENDIVIDAMENTO

- LIMITE 15 310 168,23€
- DÍVIDA MUNICIPAL 10 144 748,26€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Conta de Gerência 2021

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA	
Dívidas a Terceiros	
Fornecedores Correntes	123 300,17€
Fornecedores de Imobilizado	335 941,69 €
Credores diversos	267 558,79 €
Total	726 800,65 €
Empréstimos de Médio e Longo Prazos	
Caixa Geral de Depósitos	680 040,34 €
Novo Banco	7 505,42 €
Crédito Agrícola	8 717 403,34 €
Total	9 404 949,10 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Conta de Gerência 2021

SEM PAGAMENTOS EM ATRASO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



ALIJO
MUNICÍPIO

Território de Origem Demarcada

Câmara Municipal de Alijó

Rua General Alves Pedrosa, n.º 13 | 5070-051 Alijó
Tel. (+351) 259 957 100
Fax (+351) 259 959 738
www.cm-alijo.pt

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ

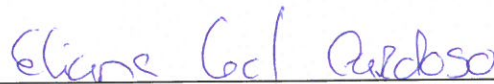
SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE ABRIL DE 2022

TOMADA DE POSSE

Antes de ter início o Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou que foi recebida uma comunicação do deputado municipal Mário André Soares Gonzaga, informando que não poderia estar presente na sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2022.

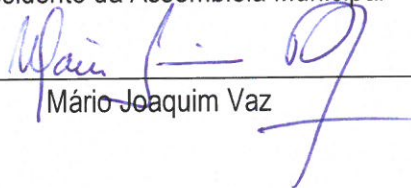
Nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e art.º 12.º e 15.º do Regimento da Assembleia Municipal foi a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi proposto o deputado ausente.

Justificada pela Mesa a falta e verificada a identidade e legitimidade, foi dada a palavra a Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso que disse: "EU, ELIANA CRISTINA LEAL MENDES CARDOSO, ABAIXO ASSINADO, JURO SOLENEMENTE POR MINHA HONRA, QUE CUMPRIREI COM LEALDADE AS FUNÇÕES QUE ME SÃO CONFIADAS."



Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso

O Presidente da Assembleia Municipal



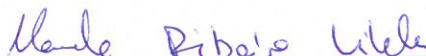
Mário Joaquim Vaz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ**SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE ABRIL DE 2022****TOMADA DE POSSE**

Antes de ter início o Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou que foi recebida uma comunicação do Presidente da mesa da Assembleia Municipal José Alberto Queirós Canelas, informando que não poderia estar presente na sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2022.

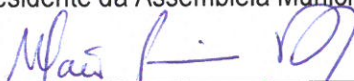
Nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e art.º 12.º e 15.º do Regimento da Assembleia Municipal foi a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi proposto o deputado ausente.

Justificada pela Mesa a falta e verificada a identidade e legitimidade, foi dada a palavra a Marcelo Ribeiro Vilela que disse: "EU, MARCELO RIBEIRO VILELA, ABAIXO ASSINADO, JURO SOLENEMENTE POR MINHA HONRA, QUE CUMPRIREI COM LEALDADE AS FUNÇÕES QUE ME SÃO CONFIADAS."



Marcelo Ribeiro Vilela

O Presidente da Assembleia Municipal



Mário Joaquim Vaz